

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

28 DE DEZEMBRO DE 2012

No dia 28 de dezembro, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- **ATAS** – Leitura, discussão e votação das atas: sessão ordinária de 07 de setembro de 2012 e da sessão extraordinária de 15 de outubro de 2012.
- 2- **PÚBLICO – 1.º Período de intervenção.**
- 3- **Período de Antes da Ordem do Dia.**
- 4- **Período da Ordem do Dia:**
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro;
 - 4.2- Orçamento, Plano de Atividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para 2013;
 - 4.3- Proposta de Aprovação do Regulamento do Arquivo Municipal;
 - 4.4- Proposta de Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude;
 - 4.5- Proposta de Aprovação do Regulamento Orgânico do Município de Mirandela e Despesas de Representação;
 - 4.6- Proposta de Aprovação do Regulamento do Uso do Fogo;
 - 4.7- Proposta de Aprovação do Regulamento dos Auditórios Municipais;
 - 4.8- Alteração ao Alvará 01/2003 – Lote 25 – Loteamento “Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda.” Site lugar dos Cordões – Mirandela;
 - 4.9- Proposta de Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela;
 - 4.10- Proposta de Ajustamento ao Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela.
- 5- **Outros Assuntos de Interesse para o Município.**
- 6- **PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.**

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Rui Fernando Moreira Magalhães
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 39 presenças, pelo que o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 68 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Elina Marlene Sousa Fraga, Adérito Joaquim Ferro Pires, Miguel Ângelo da Costa Fernandes, José Eduardo Gomes de Almeida, Carla Sofia Caldeira Manuel de Sousa, Matilde Isabel Antunes Machado, Vera Cristina Quintela Pires Preto, Márcio Paulo da Silva Filipe, José Epifâneo Silva Carvalho e Hernâni Augusto Lopes.

Justificação de Faltas:

- Elina Marlene Sousa Fraga: sessão de 28 de dezembro de 2012.
- Miguel Ângelo da Costa Fernandes: sessão de 28 de dezembro de 2012.
- Matilde Isabel Antunes Machado: sessão de 28 de dezembro de 2012.

- Vera Cristina Quintela Pires Preto: sessão de 28 de dezembro de 2012.

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, António José Pires Almor Branco e os Vereadores, Júlia Maria A. Lima Sequeira Rodrigues, João Maria Casado Figueiredo, Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, José Assunção Lopes Maçaira e Manuel Carlos Pereira Rodrigues.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos iniciar a nossa reunião de hoje.

Senhor Presidente do Executivo, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.

A Mesa não regista a presença de munícipes. Os nossos cumprimentos e bom dia. Há ainda há tempos de dar as Boas Festas. Os votos de Bom Ano ficarão para a parte final.

Pedia ao Senhor Secretário o favor de ler alguma correspondência de interesse e para conhecimento.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, bom dia a todos.

Queria informar que foram efetuados dois pedidos de substituição, com a respetiva justificação de falta.

O deputado Miguel Ângelo Fernandes foi substituído pelo deputado Manuel Beça e a deputada Vera Preto foi substituída pela deputada Patrícia Bernardo, que estão ambos presentes.

Em relação à correspondência recebida:

- Duas cartas da Câmara Municipal de Bragança, a propósito da ligação aérea Bragança / Vila Real / Lisboa.

- Duas cartas da ANMP, sobre reuniões do Conselho Geral da ANMP de 23 de outubro e 15 de novembro.

- Uma carta do deputado da Assembleia da República, do CDS/PP, Altino Beça, a colocar uma série de questões sobre o funcionamento da Assembleia Municipal, às quais nós respondemos.

- Convite do Município de Bragança, relativamente à cerimónia de abertura da NORÇAÇA, NORPESCA e NORCASTANHA 2012, 11ª Feira Internacional do Norte, que se realizou em Bragança no dia 01 de novembro.

- Finalmente, uma carta do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, sobre o pronunciamento das Assembleias Municipais na extinção de freguesias, nos termos da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.

Relativamente ao seu conteúdo, se eventualmente alguma destas cartas lhes suscitar alguma curiosidade, podem requerer à Mesa. Entregaremos cópia da respetiva carta.

PONTO 1 – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS: SESSÃO ORDINÁRIA DE 07 DE SETEMBRO DE 2012 E DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então passamos ao período da ata.

Todos os Senhores deputados receberam duas atas, de 07 de setembro e da sessão extraordinária de 15 de outubro. Se não houver nenhum pedido de uso da palavra, votaremos as atas separadamente.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre a ata de 07 de setembro, eu espero que a ata não pronuncie novos tempos, tempos de censura. Eu digo isto porque, espantosamente, fazendo o meu trabalho de casa nas minhas horas vagas, verifiquei que a minha intervenção foi censurada porque não consta. Consta a resposta do deputado António Figueiredo, a resposta do Senhor Presidente da Câmara e não consta a minha intervenção. Daí que a minha sugestão é que a ata seja retirada de votação e só venha à votação depois de constar a minha intervenção. Caso contrário, o grupo do Partido Socialista ausentar-se-à da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa compreende o estado de espírito do Senhor deputado, peço também a compreensão para não catalogar de censura o ato em que foi visado. Não creio que tenha havido um propósito intencional para o facto. Nós não estaríamos solidários nem naturalmente apadrinharíamos tal comportamento e da nossa parte naturalmente que entenderemos isso como um equívoco e os equívocos merecem reparo e explicação.

Se o Senhor deputado concordasse e compreendesse a explicação do Presidente da Mesa, faríamos outra maneira: nós votaríamos as atas, eu iria averiguar e lhe daria uma explicação pública e dentro desta câmara ao Senhor deputado. Naturalmente que compreendo que se deva abster.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Esta ata está ferida de morte.

Presidente da Assembleia Municipal:

Entende que está ferida de morte, nesse aspeto?

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Não tem a minha intervenção e tem respostas à minha intervenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mas se publicamente no próximo encontro a Mesa lhe der uma explicação pública perante os Senhores deputados e perante a respeitabilidade que esta câmara merece, julgo que o facto seria ultrapassado.

O Senhor deputado está a pedir a palavra, faz favor.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

É só para um esclarecimento. Sei que isto está na própria lei e no próprio regimento: quando alguém se sentir lesado numa ata, faz a anotação, a ata vai à aprovação para ter valor e essa anotação vem na ata da própria sessão onde é feita a anotação. Portanto a anotação do Eng.º Baltazar tem que vir na ata desta reunião. É assim que está no regimento e o que está na lei. A ata tem que ser votada para ter valor e a intervenção que está a pedir terá que vir na ata desta reunião.

Presidente da Assembleia Municipal:

Eu penso que este seria o melhor caminho, o mais sensato e o mais cordato. Desconheço pelo menos sob o ponto de vista memorial, se esta previsão está contida no regimento. Irei consultar depois o regimento, como acontece sempre nestas questões.

Agora, o que me pareceria mais acertado, era acolher essa chamada de atenção. Iríamos verificar e, além da parte escrita, anexar uma adenda à próxima ata e ser dada aqui uma explicação mas compreenderá que a Mesa não aceita que possa ser entendida como uma censura porque nós reprovaríamos e suponho que ninguém nesta casa estaria solidário com tal comportamento.

Não sei se o Senhor deputado aceita isso....

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

A questão é mais grave. Uma coisa é a anotação e a correção da intervenção e outra coisa é não existir nenhuma intervenção. Uma coisa é estar a intervenção e eu não me rever no texto da intervenção e outra coisa é pura e simplesmente a intervenção ter sido eliminada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor deputado e Senhores deputados, nesta câmara todos os registos de intervenção ficam anotados e deverão ser publicitados. Se isso não aconteceu, foi um equívoco e é assim que eu tenho que o catalogar.

A minha proposta é que essa revisão vai ser feita. Toda a intervenção do Senhor deputado vai ser registada na íntegra, vai ser anexada e será dada uma explicação pública.

De facto, compreendo que neste momento, nesta data, o Senhor deputado tenha que se abster. Julgo que seria mais cordato e a Mesa também lhe merece essa consideração e esta explicação. Se concordasse faríamos assim.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Peço desculpa mas não tenho condições para votar uma ata donde foi retirada a minha intervenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

Enfim, eu só por respeito é que posso recomendar ao Senhor deputado a abstenção, que sei que é compreensível, com a promessa de que será revisto e será reposta a sua intervenção, porque Deus me livre que houvesse censura. Não estaríamos neste lugar se tivesse sido assim como diz, um ato de censura, compreende isso. Acho que a Mesa procedeu da maneira mais correta e mais aceitável. Vamos então proceder à votação destas atas e continuarmos a nossa sessão.

(Os deputados municipais do PS abandonaram o Plenário e só regressaram após a votação das duas atas).

Não havendo mais qualquer pedido de uso da palavra, vamos votar a ata de 07 de setembro.

Quem vota contra?
Quem se abstém?
Aprovada por maioria, com 43 votos a favor.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a ata da sessão ordinária de 07 de setembro de 2012.

Presidente da Assembleia Municipal:
Segue-se a votação da ata de 15 de outubro de 2012.
Não há nenhum pedido de uso da palavra.
Quem vota contra? Quem se abstém?
Aprovada por maioria, com 43 votos a favor.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a ata da sessão extraordinária de 15 de outubro de 2012.

PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Presidente da Assembleia Municipal:
Ponto N.º 2, Período de Intervenção do Público
Não está nenhum Senhor Município que queira usar da palavra? Não está.
Passamos ao Período Antes da Ordem do Dia.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Presidente da Assembleia Municipal:
A Mesa vai aceitar as inscrições. Chamo a atenção para o que está escrito regimental: uma hora de intervenção. O tempo será dividido equitativamente pelos Senhores deputados. É permitido aos Senhores deputados conceder tempo, se não utilizarem, a outro grupo ou outro deputado. E se o tempo nesta primeira hora não for suficiente, terá que haver uma votação para a segunda hora.
Lembro também que a forma regimental é: Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Senhores deputados, chamo a vossa atenção, vamos dizer o número de inscrições no Período de Antes da Ordem do Dia. Nós temos hoje um programa muito extenso, como sabem.

Presidente da Assembleia Municipal:
Eu pedia à Senhor^a Assistente, se faz favor, de dizer aos Senhores deputados do Partido Socialista que já votámos.
Senhores deputados, a Mesa entendeu que devia chamar os Senhores deputados do Partido Socialista pela consideração que todos os Senhores deputados nos merecem.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:
Bom dia a todos.
Os Senhores deputados inscritos para este ponto, são os seguintes:
Luís Sousa, Faustino Cunha, Vasco Aníbal, Alzira Ramos, Jorge Pereira, Pedro Fonseca e Baltazar Aguiar.

Presidente da Assembleia Municipal:
Dou a palavra ao Senhor deputado Luís Sousa. Tem oito minutos, por favor.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):
Senhor Presidente, Senhores Deputados, bom dia, Boas-Festas a todos.
Eu gostaria de começar por um conjunto de assuntos avulso e talvez a primeira questão é fazer um pequeno reparo à Mesa sobre uma peça de informação que geralmente vinha sempre no conjunto de informações para as Assembleias Municipais e nesta, por lapso, não veio, que é a ata das reuniões de Câmara. Sei que elas estão publicadas online, mas convinha que viesse porque são atos decididos em sede de reunião de Câmara, que não têm que vir à Assembleia, mas compete-nos, pela nossa obrigação de fiscalizar a atividade do Executivo, de nos pronunciarmos sobre algumas dessas matérias.
E uma dessas matérias que eu queria abordar, já a trouxe aqui uma vez e pensei que as palavras que mencionei na altura tivessem feito algum sentido, mas pelos vistos, foi como falar para orelhas mudas. Vem na ata n.º 25 de 03 de dezembro de 2012. Tem a ver com a contratação de dois juristas num processo que já

tinha sido pouco transparente e não concorrencial e volta-se a repetir. Na altura foi dito que era só uma situação provisória, que nunca ficou justificada. A única justificação que foi apresentada é que havia mais leis para tratar e que eram necessários mais juristas e isso não é justificação suficiente.

Na reunião de Câmara, essa situação foi discutida e votada a favor, pela contratação. Considero isto vergonhoso, sobretudo na atual conjuntura.

Na semana passada tive a infelicidade de saber que alguns dos meus colegas com quinze e mais anos de trabalho, doutorados, vão para o desemprego e provavelmente alguns partirão para o estrangeiro, porque têm boa formação, estão doutorados por grandes universidades europeias e não vão ficar cá a perder tempo.

E num contexto em que isto está a acontecer, continuarmos a ver contratações por cunha e jeitos, é uma infelicidade. Há necessidade, justifique-se essa necessidade, não pode fazer uma contratação de efetivo, qualquer contratação externa de serviço, mesmo de um avançado, pode ser por concurso. Um concurso até nos permite saber se eu consigo melhor por menos. É essa a função de um concurso. Isto é injustificável.

Já agora dou um puxão de orelhas aos dois executivos da oposição, do PS, porque a intervenção que se lê na ata, da Vereadora Júlia Rodrigues, ainda agrava mais a situação, que diz: "*eu vou-me abster de votar isto, por se tratar de jovens Mirandelenses. Essencialmente por esse motivo, por se tratar de dois jovens Mirandelenses.*" O Senhor^a Vereadora, a Senhor^a deve ser completamente desconhecadora da Constituição e da lei laboral deste país. Não é por ser o filho de A ou de B que tem de ter tratamento preferencial, abra-se concurso. Isto até acaba por desvalorizar o mérito das pessoas. Se elas têm mesmo mérito, vão a concurso e ganham, não têm que ter medo.

Gostava também que o Executivo me elucidasse sobre um problema que pelos vistos é recorrente e me chegou aos ouvidos e as coisas quando se falam. Existe alguma razão de fundo?

Agradecia que esclarecessem a situação particular que me foi comentada por um município, relativamente à Mirapapel, no Cachão. Fala-se que há resíduos que estão a ser queimados a céu aberto e que está a incomodar fregueses. O que queríamos saber, em primeiro lugar, é se a Mirapapel já é detentora ou não do lote onde está situada, se já foi feita escritura e se ainda deve ou não deve alguma coisa à Câmara. Como está a situação de se queimarem resíduos a céu aberto, se já foi chamada alguma inspeção.

Outra questão: mini hídrica da Ponte Açude.

Também foi aqui votado. Nós tínhamos aprovado uma receita decorrente do rendimento que esse investimento numa parceria público privada resultasse eventualmente algum rendimento para a Câmara Municipal.

Gostaria de saber em que situação estamos. Já arrancou ou não? Já começámos a receber? Quanto recebemos até à data?

Outra questão tem a ver com o Hospital Terra Quente, em que a Câmara Municipal tem 10% de participação em capital. Também já várias vezes aqui colocámos a pergunta e sempre de um modo evasivo, nunca obtivemos resposta clara. Saber quanto custou à Câmara Municipal, qual é o grupo de investidores, porque inicialmente eram uns, depois passaram a ser outros, nunca ficou explicado quais eram os parceiros da Câmara. Porque é que isto é importante? É importante porque qualquer acréscimo de capital que tenha que se fazer no futuro, qualquer responsabilização pela dívida do investimento, a Câmara tem que saber com quem anda e se com quem anda estão disponíveis para também se responsabilizar. Não ter apenas o direito ao proveito que daí venha mas também se responsabilizar pelos prejuízos, se for o caso. E que nos diga qual é a situação financeira.

Saber qual é a situação da empresa do Metro e da Mircom, onde a Câmara também tem 50%. Estas questões são sempre levantadas quando se faz a prestação de contas. E as contas destes organismos, destes investimentos, destas participações em capital, em empresas municipais, deveriam vir consolidadas com as contas da Câmara, para que tivéssemos uma visão global da dívida para que não ficasse alguma dívida escondida nestes refúgios, que são as empresas municipais falhadas e as participações em capital desastrosas para o erário público.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Exm.^a Assembleia Municipal. Os meus sinceros votos de Boas Festas para todos.

Se setores existem que, do meu ponto de vista, promovem o desenvolvimento, dum país, dum região, ou até de uma pequena cidade ou concelho como o nosso, é o investimento na promoção da sua história e da sua cultura nas suas mais diversas vertentes. Se há setores de atividade económica que perspetivam um franco crescimento, é sem margem para dúvidas a indústria do turismo, sendo que o Turismo Cultural e o Eco Turismo, são aqueles que na nossa região maior potencial podem encerrar.

Daí que, em cidades e concelhos nossos vizinhos, vimos assistindo a investimentos e iniciativas, visando tirar partido deste setor, o qual poderá ter significativo impacto no desenvolvimento dessas localidades.

Assim, pretendo referir alguns bons exemplos, que considero poderem constituir importantes fatores, com vista a alcançar o tão almejado desenvolvimento regional. Tudo isto, obviamente, em interação com outros setores e atividades socioeconómicas.

Em Macedo de Cavaleiros, constatamos a existência de alguns espaços, versando temáticas diversas, nomeadamente: Museu de Arte Sacra, Museu do Mel e da Apicultura, Museu Religioso em Balsemão, Museu rural de Salselas e Museu do Azeite nos Cortiços, Real Filatório em Chacim, dedicado a cultura do Bicho da Seda, Casa do Careto de Podence em interação com a barragem do Azibo.

Neste Concelho, além destes núcleos, constatamos um forte investimento e promoção da região, nomeadamente por via do “entrudo chocalheiro” em Podence, o qual foi já objeto de uma candidatura a Património Imaterial da UNESCO, o que por si só, nos dá uma ideia do querer e da vontade daquelas gentes em ultrapassar barreiras e agarrar toda e qualquer oportunidade que possa contribuir para o seu desenvolvimento.

Em Vinhais, encontramos 4 espaços de grande qualidade:

Museu de Arte Sacra e Parque Biológico, Museu Etnográfico de Agrochão e Escola Museu de Vila Verde.

Em Bragança, além da sua monumentalidade, só na cidade encontramos cinco espaços de grande qualidade:

Museu Militar, Museu Abade Baçal, Museu Ibérico do Traje e da Máscara, Centro de Arte Contemporânea “Graça Morais” e Centro da Ciência Viva.

Um pouco por todo o concelho, encontramos núcleos museológicos ligados à ruralidade, nomeadamente; São Pedro dos Sarracenos, Paço de Rio Frio, Babe, Caravela e Palácios.

Se nos dispersarmos um pouco mais na nossa região, é digno de referência, o Museu das Terras de Miranda, dedicado à cultura e tradições da região de Miranda do Douro.

Em Sendim, o Centro de Música Tradicional Transmontano, tornou-se um espaço de excelência para os investigadores das tradições etnográficas, orais e musicais peninsulares. Aqui, visitantes e investigadores têm total liberdade para aceder aos materiais que procuram, pois o centro dispõe de biblioteca, fonoteca, arquivo fotográfico e sala multimédia.

Este espaço dispõe de acervo único em toda a Península Ibérica e é composto por mais de mil horas de registos fonográficos e musicais digitalizados, sendo que mais de 90% são provenientes do Nordeste Transmontano, com grande destaque para a cultura e língua Mirandesa.

A Fonoteca é composta por mais de 7.500 discos documentais de música folk e tradicional, oriunda das mais diversas regiões do País e da Europa.

A todos os materiais de investigação devidamente compilados e organizados, juntam-se mais de 3.500 livros e um arquivo composto por mais de 60.000 fotografias digitalizadas.

Este espaço cultural é dirigido a estudantes de antropologia, etnomusicologia e músicos de corrente folk que procuram documentos para recriarem futuros temas musicais.

O Centro Musical Tradicional Sons da Terra, é o único espaço do género no País e um dos mais importantes da Península Ibérica. Devido ao seu acervo, anualmente é visitado por algumas centenas de pessoas ligadas ao estudo e investigação das tradições.

Quem não gostaria que a sua Terra dispusesse de um equipamento de tal envergadura?

Em Carção, o museu dedicado ao Judaísmo e em torno da cultura destas comunidades que tanto legaram àquela zona do Concelho de Vimioso, contou com apoios da Casa Judaica de São Paulo no Brasil, bem como, do Museu da Diáspora de Israel.

Assim, Carção irá integrar a Rota do Judaísmo, pelo que, não podemos perder de vista a capacidade financeira de todas as Comunidades Judaicas espalhadas pelos mais diversos pontos do Globo.

Em Mirandela e no Concelho? Como estamos nestes domínios?

Há já alguns tempos, ouvi aqui nesta Assembleia alguém dizer que o turismo em Mirandela estava já noutra patamar. Mirandela estava já vocacionada e virada para o turismo cultural, afirmação com a qual, infelizmente e para grande mágoa minha, não posso concordar.

Daí que, pretendo chamar a atenção e tentar compreender a nossa realidade nesta matéria, ou até comparar com aquilo que considero serem bons exemplos a ter em conta, bem como, formular algumas questões ao Executivo Municipal.

-Museu do Azeite e da Oliveira, para quando a sua conclusão? Numa região com tantos lagares de azeite antigos, desativados, é interessante notar a sua instalação numa antiga moagem. Não estaria este espaço mais vocacionado para receber um museu dedicado ao ciclo do PÃO?

- CP, Linha do TUA, encontramos referências em diversas localidades. Mirandela foi o grande centro desta linha, aqui viveram dezenas de famílias de Ferroviários, com tudo que isso implicou para a então Vila de Mirandela. A estação e grande parte da zona envolvente, apesar do anúncio de grandes intenções, encontram-se no estado deplorável que todos sobejamente conhecemos.

O que está a ser pensado para esta zona da cidade?

- Alheira de Mirandela, o maior ícone da Cidade e talvez da Região. Será que tiramos verdadeiro partido de todo o seu potencial?

As últimas inovações em torno do seu fabrico, nomeadamente, a tal de “bacalheira” ou a “alheira vegetariana” em nada dignificam a região, muito menos este produto distinguido como uma das “Sete maravilhas da Gastronomia.”

Uma coisa eu sei e com mágoa o refiro. A feira que na cidade anualmente pretende promover a alheira de Mirandela, há muito foi superada pela feira do fumeiro de Vinhais.

- Museu Municipal “Armindo Teixeira Lopes.” Há aproximadamente 30 anos que constituiu algo digno de registo e de então para cá, o que vem acontecendo? Será que parou no tempo? Ou um Museu será isso mesmo, algo parado no tempo?

Há já alguns anos procedeu-se à inventariação parcial do Património arquitetónico do concelho, iniciativa que então aplaudi, sugeri, até como forma de sensibilizar a nossa população para a problemática da sua preservação que os painéis produzidos, deveriam circular pelo Concelho como que, de uma exposição itinerante se tratasse. Foi feito algo neste domínio? O inventário do concelho já foi concluído? O que está a ser pensado?

Afinal o que temos para mostrar a quem visita Mirandela? Sinceramente, tenho sérias dificuldades em responder.

A linha do Tua, a estação da CP, o fabrico da alheira, o ciclo do pão e do azeite, os Pelourinhos, o Palácio dos Távoras, em conjunto com outras referências da história mais ou menos recente de Mirandela e do Concelho, não constituirão tema suficientemente forte, para transformar e abrir esta região ao País e ao mundo?

A Orquestra da Esproarte, é em boa verdade, uma referência de Mirandela. Contudo, depois de tantos anos e de tantas oportunidades ao dispor do poder local, estou em crer que, face ao atual panorama, se possa afirmar que Mirandela está vocacionada para o turismo cultural.

Houve já algum bom senso, penso que acabaram em definitivo com manifestações de duvidosa qualidade, “Carnaval do Rio Tua” e “Jesus Caminha em Mirandela.”

Será o Jet Sky, a grande manifestação cultural e desportiva que promove Mirandela? Não me parece que seja a mais adequada.

Já agora, que dizer dos custos envolvidos em tal manifestação. Inicialmente custaria largos milhares de euros, pelos vistos em 2012 foi a custo zero. Há algo que, como diz o nosso Povo, “Não diz a bota com a perdigota.”

Aplaudi aqui as rotas pedonais, bem como o seu reconhecimento. Em tempos, sugeri até outras rotas, nomeadamente, a dos Pelourinhos e dos Forais. Foi feito algo neste sentido? Parece-me a mim que poderiam ser dois temas onde a sociedade em geral e a comunidade escolar em particular, poderiam desempenhar papel de destaque, tal como acontece em Bragança com a festa da História.

É caso para dizer, engenho e arte é coisa que não tem acompanhado os nossos decisores políticos ao nível do executivo Municipal, pois perdem demasiado tempo em tricas e questões domésticas.

Depois de todas estas voltas pelo Distrito, quero terminar no concelho de Mirandela, pois é por ele que aqui estou, pela sua cultura, pela sua história, pelo seu património, pela sua identidade, enfim, pela minha gente.

Apesar de já ter questionado noutras ocasiões, repito. O que está a ser pensado ou a ser feito, tendo em vista a preservação e promoção dos seguintes espaços: envolvente do restaurante Maria Rita, envolvente da Igreja e da fonte no Vimieiro e fonte romana em Vale Telhas.

E em Frechas? Vamos continuar a assistir àquele espetáculo degradante em torno do pelourinho? Não se concluindo o projeto inicial, o Município será responsável pela delapidação dos dinheiros públicos, bem como pelo facto de negligenciar a preservação e promoção do Património Nacional.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Tem a palavra o deputado municipal Faustino Cunha.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Bom dia Senhor Presidente, caros e caras membros desta Assembleia.

Estamos em fim de ano e portanto, em altura de balanços.

Assim, espero que a Assembleia Municipal de Mirandela esteja atenta aos resultados obtidos pelo Executivo, no que respeita à mobilidade interna, dentro do concelho, tomando decisões no sentido de rentabilizar as estruturas existentes, de modo a minorar o esforço que hoje é pedido a um munícipe, que com cada vez menos recursos e idade mais avançada, tem que suportar, cada vez que tem de se deslocar da sua aldeia para uma consulta médica ou tratar de um assunto legal.

Em momentos de maior austeridade, mais se reforça a necessidade de rentabilização e maior eficiência dos recursos disponíveis.

Em jeito de balanço, também quero agradecer a vossa colaboração e desejar que em 2013 sejamos não só profícuos no trabalho na Assembleia Municipal de Mirandela mas felizes na vida pessoal. Muito obrigado.

Deputado Municipal Vasco Aníbal Saldanha (PSD):

Bom dia.

Exm.º Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Era meu desejo pronunciar-me sobre a lei 22/2012 da Reforma Administrativa Local, mas como já foi votada e eu não estive presente penso não fazer sentido fazê-lo neste momento, ainda que muito houvesse por dizer.

Início assim a minha intervenção analisando na mesma o papel das freguesias no contexto da nossa ruralidade junto das populações, o que, diga-se nunca é demais focá-lo.

Penso não haver dúvidas que as freguesias principalmente as rurais, são para lá da sua função administrativa, a verdadeira memória do povo.

As suas realidades são bem distintas das dos grandes centros. São as autarquias que sempre estiveram e estão mais perto dos cidadãos.

É nas freguesias rurais que se conhecem todos os eleitores e onde a democracia começa, com o contacto direto do autarca, com o cidadão.

É na freguesia que se pratica a verdadeira cidadania. Os autarcas de freguesia são o rosto visível da democracia. São também eles, em particular no seu presidente que se encontra uma mão amiga e a quem primeiro se recorre a pedir ajuda em momentos difíceis da vida. São também eles que dedicam á causa pública parte da sua vida na resolução dos problemas concretos das populações e nem sempre bem compreendidos.

Hoje, essa dedicação é feita cada vez, com mais exigência. Atualmente ser presidente de junta obriga a estar muito bem preparado para poder dar respostas concretas aos fregueses e essa exigência não passa só pelo arranjo de uma parede de um caminho de um ponto de luz ou da construção de um pontão. A sua responsabilidade vai muito para além disso, ainda que saibamos que grande parte da resolução dos problemas maiores só seja concretizada através de grandes apoios financeiros.

Quantos projetos têm ficado por realizar por falta de verbas, os fundos de financiamento que recebem não resolvem os grandes problemas, têm que recorrer às Câmaras para realizar os seus projetos e a nossa não foge á regra.

Por vezes são até os próprios membros de Junta que adiantam o valor da remuneração do cargo que desempenham para a realização de obras.

Mas, apesar da realização de muitas dessas obras, ainda temos aldeias onde não existe sequer saneamento básico e isso nos dias de hoje é intolerável. Ainda que saibamos ter o homem vários interesses, na sociedade em que vive nomeadamente na política, para os autarcas das freguesias a sua política resume-se essencialmente na procura da resolução dos problemas da sua comunidade.

Dos que nunca desempenharam funções autárquicas, poucos são aqueles que têm uma noção precisa das funções que as freguesias têm desempenhado.

A proximidade da freguesia em relação às pessoas permite-lhes promover a coesão social de um modo muito mais próximo da vida diária da comunidade.

Quero por isso louvar todos os autarcas das freguesias do concelho de Mirandela que ao longo dos tempos com dedicação e empenho se entregaram e continuam a entregar a uma verdadeira missão, tantas vezes em prejuízo das suas atividades profissionais e mesmo da sua vida familiar. E se assim é, podemos então dizer que estes sim são os verdadeiros políticos do país.

Ainda que vivamos tempos muito difíceis e onde as perspetivas de um futuro melhor para as nossas freguesias estejam encobertas pelo horizonte dos nossos montes, estou certo que a coragem, a vontade, a força e a determinação que os seus autarcas sempre puseram em prol da resolução dos problemas das populações irão prosseguir, porque a sua têmpera rija irá impor-se aos ventos difíceis dos novos tempos.

Como sabemos, o tema freguesias abrange sempre várias temáticas necessitando de ser constantemente dinamizadas para se poderem manter minimamente ativas, nomeadamente em áreas ligadas á agricultura / produtos, turismo / património e em ações de índole cultural / apoio social, tendo havido em algumas delas ações de vitalidade.

Refiro os eventos realizados em S. Pedro Velho com a Feira do morango, Carvalhais com a Feira da couve penca, Suções com a Feira do azeite e o pão, Romeu com o convívio na matança do porco e Vale de Gouvinhas com a realização da primeira Feira da azeitona e mecanização agrícola.

Sou aliás de opinião que devemos realizar eventos trimestrais ainda que estes possam ser de menor dimensão, podendo chamar-lhes feirinhas de modo a que as freguesias possam vender os seus produtos. Penso ser este o caminho certo a percorrer.

Parabéns às respetivas Juntas, Câmara, AOTAD, CVRTM, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, outras instituições e a todos quanto têm colaborado nestas ações, dizer-lhes que a meta é continuar. A realização de um congresso das Juntas de Freguesia do nosso concelho até ao fim do mês de junho do próximo ano pode também vir ser um fator importante.

Por último refiro o 3º encontro de Mirandela realizado em Lisboa na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro no passado dia 24 de novembro.

Estiveram presentes, o Senhor Eng.º Francisco Pavão da AOTAD e o Senhor Eng.º António Branco, Presidente da Câmara Municipal de Mirandela.

Este encontro revestiu-se de grande importância já que foram apresentados pelos oradores temas de grande interesse para a região e particularmente para o nosso concelho. Foram debatidos temas relacionados com várias áreas tendo sobressaído a importância da agricultura e falou-se do emparcelamento, como sendo vital ao desenvolvimento agrícola.

Falou-se da competitividade, da criação de emprego, do empreendedorismo e fixação dos jovens relacionados com projetos, principalmente agrícolas, das temáticas ligadas ao azeite, ao vinho e à alheira.

Foi focado, sobretudo pelo Eng.º António Branco a problemática social, económica e a necessidade de haver uma estratégia para a região no sentido de combater as divisões existente a vários níveis, de forma a potenciá-la.

Os presentes ficaram muito agradados pela exposição dos temas discutidos pelo Eng.º Francisco Pavão e pelo Eng.º António Branco, tendo sido reconhecido o grande conhecimento das áreas apresentadas pelos dois oradores e sobretudo por um Presidente de Câmara desenvolver temas tão próximos das populações quando o costume é prestar-se mais atenção a assuntos ligados à política. Não se compreende porque é que o Governo nomeadamente o Ministério da Agricultura não aproveita estes saberes no desenvolvimento rural do país ou da nossa região. Digo eu, espera-se a continuidade deste tipo de debates nas nossas freguesias e em Lisboa, mas em local de maior visibilidade onde a Comunicação Social esteja presente de forma a mostrar os problemas e potencialidades da nossa região e concelho. Há que continuar dentro e fora de portas mostrando a qualidade do que é nosso o concelho e as nossas freguesias precisam disso.

Termino dizendo um poema que fiz á nossa terra aos homens e mulheres de tempos intemporais.

Meu corpo foi talhado em granito, meus pés plantados nos campos num corpo curvado pelo trabalhado de muitos tempos;

Olho o espaço infinito que rasga a linha do horizonte e se perde para lá dos nossos montes;

A neve e a água que desce pelas encostas escarpadas vão rasgando as suas entranhas que estão chorando de dor;

Peço-te, não vás embora, luta, luta por ela mas luta sobretudo por ti porque és o amor dela;

As suas fragas, outrora imponentes mas já muito gastas pela força da natureza, ainda vivem na esperança de um novo tempo, por tantos tempos sofridos, iluminando o ventre fecundo de quem espera novas vidas;

Sê tu a esperança da nossa terra e dos nossos montes...não... eu não morri, eu estou aqui.

A força da nossa gente não tem limites.

Vivam as freguesias do concelho de Mirandela e todos os autarcas que têm pugnado pelo bem das suas populações.

Muito obrigado, Boas festas a todos e um bom ano 2013.

Presidente da Assembleia Municipal:

A palavra ao Senhor deputado Pedro Fonseca

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, bom dia Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Municípes, comunicação social e aproveitar para desejar Boas Festas a todos.

Senhor Eng.º António Branco, o Senhor é tão ou mais responsável pela situação a que chegou a gestão da Câmara Municipal de Mirandela do que o seu antecessor Dr. Silvano.

Vou-lhe contar a si e aos restantes o que ele me disse numa das suas últimas sessões desta Assembleia.

Disse então o ex-autarca quando confrontado por mim pela falta de investimento a nível industrial no Cachão: sabe, se não fosse eu e o Dr. Ramalho haveria só silvas no Cachão. Foi da responsabilidade destes Senhores a situação do matadouro, que está praticamente moribundo. Foi por falta de iniciativa que ali não se criaram outras indústrias agroalimentares, que dariam emprego a muita gente, que assim se vê forçada a emigrar.

Pois digo-lhe a si, aqui e agora, que preferia ver só silvas no Cachão, em alternativa às toneladas de lixo que ali alimentam ratazanas de meio metro.

A gestão do parque escolar, onde andaram a trocar de responsabilidades entre a Câmara e o Ministério da Educação, resultou na deterioração dos edifícios escolares, em concreto, o Liceu, onde há problemas muito preocupantes.

Queria aproveitar para dar os parabéns ao David Martins, estudante desta escola, que ganhou mais uma medalha de ouro nas olimpíadas de matemática. Se o júri lhe atribuiu o prémio sob as condições existentes nessa escola, certamente atribuir-lhe-ia, em vez de uma medalha de ouro, duas medalhas de diamante.

Pretendo em seguida apresentar uma moção, que passo desde já a ler:

A Empresa Mirapapel, Lda. Com o número de identificação fiscal 503459690 tem desenvolvido a sua atividade nas instalações da Agroindustrial do Nordeste, tutelada pela Câmara Municipal de Mirandela.

Até aqui tudo bem, o pior está escondido de forma sorrateira dentro das paredes daquela unidade. Neste momento está em pleno funcionamento uma espécie de siderurgia que derrete metais como, alumínio cobre e outros. Sempre que este “forno” trabalha, espalha-se pela população um manto de fumo que transporta um cheiro insuportável. No último dia 13 de outubro pude comprovar pessoalmente os malefícios desse fumo.

Tenho a certeza que estamos perante um novo crime de saúde pública, acobertado pela Câmara Municipal ou por ignorância deste problema, deixando que a empresa desenvolva ali a sua atividade. Mas como o povo é quem mais ordena, aqui estou mais uma vez para denunciar esta situação, baseando-me no descontentamento dos residentes.

Como não bastasse a situação do fumo poluente, esta unidade espalha lixo às toneladas por todo o recinto, por já não ter espaço disponível dentro dos armazéns onde outrora houve centenas de pessoas a trabalhar na transformação de produtos agrícolas, acrescentando valor àquilo que de melhor temos na região, onde agora só há lixo.

Esta empresa, licenciada pela Câmara Municipal, armazena agora lixo a céu aberto sem nenhuma condições para o fazer, transformando as ruas do antigo CAICA numa lixeira à semelhança daquela que existiu aqui às portas de Mirandela. Tudo isto a escassos metros das primeiras casas da população do Cachão.

A Assembleia Municipal de Mirandela não é indiferente aos problemas das populações e decide:

- Cessar de imediato o aluguer com a empresa Mirapapel e retirar-lhe a licença de funcionamento com o argumento de não respeitar as normas da AIN (Agro Industrial do Nordeste) que é tutelada pela Câmara Municipal.

- Denunciar esta situação ao Ministério do Ambiente e à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

- Entrar com uma providência cautelar a apresentar no Tribunal Administrativo de Mirandela com o intuito de parar de imediato a atividade da empresa nas instalações da AIN, até averiguar se esta empresa respeita as normas em vigor para este tipo de atividade, uma vez que o tratamento de lixo em nada tem a ver com a agro indústria.

Esta moção irá ser proposta à votação desta Assembleia.

Queria em seguida, apresentar outra moção:

Água: Um bem essencial à vida.

A água é um recurso natural indispensável à vida e de importância fundamental para o desenvolvimento do país. O direito à água e ao saneamento é essencial para a concretização de todos os direitos humanos. Pela sua importância para cada um de nós e para o nosso futuro coletivo, a água deve ser gerida unicamente por organismos públicos, na ótica de um serviço público e no interesse de todos.

Como é sabido está em marcha um plano do Governo, que vai ao encontro das medidas contidas no “Memorando da Troika”, para pôr em causa o serviço público de captação e distribuição de água e de águas residuais, num processo com sérias implicações na região Norte e sobre o qual a CDU chama a atenção dos eleitos desta Assembleia, para os seguintes aspetos:

1. Com o pretexto de garantir “massa crítica” no setor e conseguir a racionalização de custos”, permitindo uma maior “harmonização tarifária” em todo o continente, o Governo pretende avançar com um plano de fusão de sistemas multinacionais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e / ou recolha, tratamento e rejeição de efluentes;

2. De acordo com os dados públicos, a empresa Águas de Portugal apresentou aos acionistas das empresas Águas do Douro e Paiva, SIMDOURO, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e Águas do Nordeste uma proposta de fusão e segundo os responsáveis governamentais pelo setor, está em preparação a integração nestes sistemas em “baixa”, assim como a revisão do regime de tarifas com o objetivo de recuperar integralmente os custos dos serviços, ou seja tornar estes serviços lucrativos.

3. Objetivamente, o que está por trás deste processo é o desejo do governo, de privatizar a água, possibilitando ao grande capital obter avultados lucros num negócio monopolista altamente rentável;

4. A esmagadora maioria das redes em baixa de água e saneamento, encontram-se na esfera pública, sob gestão direta dos municípios, detentores de autonomia no cumprimento das suas competências, consagradas na Constituição da República. Isto significa que o avanço deste modelo estratégico de privatização, já anunciado pelo Governo no OE para 2013, implica que os Municípios estejam de acordo, o que constitui um obstáculo à concretização das pretensões do Governo;

5. Os partidos do Governo sabem muito bem que a concessão destes serviços a empresas privadas representa na prática a sua privatização e o controlo pelos privados o acesso à água e ao saneamento.

Assim sendo e considerando que os serviços de águas e saneamento devem manter-se na esfera pública, assumindo-se a gestão destes serviços como a gestão de um património comum;

Considerando que a privatização dos serviços de águas e saneamento que o Governo PSD/CDS pretende levar a cabo, serve os interesses dos grandes grupos privados que operam no setor, mas não serve Portugal nem os portugueses;

Considerando que neste processo de privatização, o Estado fica com os encargos de criar infraestruturas e reestruturar o setor, os consumidores veem a sua fatura da água e do saneamento aumentar brutalmente e os privados, claro, embolsam chorudos lucros, sem qualquer risco.

A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida no dia 28 de dezembro de 2012, delibera:

1. Alertar as populações para o aumento generalizado dos tarifários e das taxas associadas ao consumo de água, ou seja, um aumento significativo do valor da fatura a pagar pelas famílias e empresas;
2. Rejeitar este caminho de privatização dos serviços de água e saneamento e afirmar a sua posição em defesa da água como um bem público e um serviço essencial que deve ser gerido unicamente por organismos públicos;
3. Denunciar a proposta do Governo e da empresa Águas de Portugal, de pressionar a fusão dos sistemas de água existentes no Norte e apelar a que o Município de Mirandela não aceite nem apoie esta proposta.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente da Mesa, Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Municípes aqui presentes, comunicação social. Bom dia a todos. Boas Festas e esperança no 2013, são os meus votos.

Nesta altura do ano, e estamos a terminar o ano de 2012, é sempre importante nas nossas vidas, na nossa profissão, na nossa atividade, fazermos um balanço para perceber o que correu menos bem e para eventualmente corrigir para anos futuros.

Este ano é ainda mais importante fazer esse balanço, visto que o ano de 2012, foi um ano novo em que temos um novo Presidente que substituiu o Presidente eleito. Daí que é importante perceber qual é o traço que foi deixado ao longo deste ano de governação e é o que me proponho fazer na minha intervenção.

O primeiro ponto, pelo qual começaria, é pela rábula dos cães vadios que se passeiam pelo Cachão, que não poderei classificar melhor do que a rábula.

É de facto uma rábula que não tem fim, nem se percebe quando terá fim. Se o Senhor Presidente da Câmara nos puder dizer alguma coisa sobre isto, ficaríamos gratos.

A outra questão que na altura na comunicação e aqui também foi tocada, foi o encerramento da N15, por força das obras na autoestrada. Eu sei e creio que alguns saberão, de municípios aqui à volta, onde uma negociação bem conduzida, civilizada, politicamente correta, levou a ganhos na intervenção da própria malha da localidade. Aqui optou-se a “tiro”, para não ferir suscetibilidades, dizer, vamos encerrar a N15.

A minha pergunta é esta: o que se ganhou com isto? Outros concelhos ganharam intervenção das empresas que estavam a fazer a autoestrada na própria localidade.

O que se ganhou com esta intervenção de dizer que se encerraria a N15?

Outro ponto alto durante o ano foi a visita do Senhor Presidente da República a Mirandela por ocasião da inauguração da Tecsam Hemodiálise.

Por altura da visita do Senhor Presidente da República, eu tenho para mim, que as visitas do Senhor Presidente da República, Senhores Primeiros-Ministros, devem ser aproveitadas para passar mensagens sobre a nossa terra. Dei-me ao cuidado, já que a comunicação social pouco liga, aliás, uma das questões que caracteriza a situação política atual, é que ou as coisas acontecem em Lisboa ou não acontecem em Portugal, ou seja, Portugal é Lisboa e tudo o mais não existe. Daí que, uma visita destas é uma dádiva e é uma oportunidade única de fazer passar a nível nacional alguma coisa que nos interesse.

Tive o cuidado de ver toda a comunicação social e tudo o que foi escrito sobre esta visita e não consegui ver uma única referência sobre Mirandela, uma única questão estratégica colocada pelo Presidente da Câmara. O que quero dizer, e tenho que dizer é que esta foi uma oportunidade perdida de pôr Mirandela na atualidade política e de fazer algumas reivindicações porque é altura de nós não estarmos gratos por tudo, não sermos bons alunos, reivindicarmos aquilo que queremos para a nossa terra. E esta, repito, foi uma oportunidade perdida, a menos que me digam de alguma cobertura que a comunicação social tenha feito, onde conste alguma reivindicação para a nossa terra.

Nessa altura, nós colocámos também a questão da hemodiálise porque fazia parte da concessão dos terrenos onde foi instalada a construção de 12 bungalows, que eram estimados em trezentos mil Euros, com datas e subscrita pelo atual Presidente da Câmara. Veio a rábula das respostas por escrito várias vezes, se bem que essas respostas por escrito nunca chegaram, ou se chegaram, foram verdadeiramente insuficientes, porque a verdade é que o contrato continua por cumprir e a resposta que aqui tivemos foi que era para 2013.

É um pouco estranho, que havendo um contrato inicial onde eram ditas as datas em que eram concretizados os bungalows, que depois nos venha dar uma resposta que para 2013 será cumprido. Não houve prorrogação de contratos. Não há nada escrito, tudo como se a coisa pública fosse tratada como de coisa privada se tratasse. Não pode ser, não é assim. Eu direi até que há aqui, como em situações anteriores, alguns laivos de arrogância.

Depois temos o saneamento financeiro, que mais uma vez vem a esta Assembleia, em que eu diria, por favor, façam as contas bem feitas, já é a enésima vez, (perdoem-me algum exagero) que vem a esta Assembleia, mais saneamento financeiro. Não são capazes de fazer as contas? Façam as contas bem feitas. Em termos de competência, direi que o Executivo fica muito mal, este ano, na fotografia.

Por último, uma pergunta simples. Na rotunda da cocheira, creio que está lá um pinheiro natural, que cortaram as raízes e que está amparado por pedras.

Eu não sei se isto é pronúncio de futuro, se não tem raízes, não continuará, irá morrer. Não sei se isto é um pronúncio de futuro que a Câmara e este Executivo quis deixar.

Daqui decorre um traço que não é conforme com o traço natalício. O traço da época que hoje atravessamos, é um traço de partilha e de amor. Não é um traço de arrogância, de ganância pelo poder, todo o poder em mim, que traz sempre em si a arrogância.

E aqui vem outra rábula, a rábula dos vereadores que entram e saem, que têm gabinete, não têm gabinete e vem a rábula da tomada do poder, em todos os organismos em que a Câmara tem posição.

Não terei nada contra a legitimidade formal, mas já agora, do ponto de vista ético, direi, então porque não assumir também as responsabilidades que os anteriores dirigentes tinham? Parece-me que quando se adquire uma empresa, toma-se o ativo e toma-se o passivo, não é eticamente correto dizer: agora sou eu que tenho o poder, sou eu que assumo tudo isto, mas as responsabilidades ficam com os dirigentes que acabaram de sair.

Já agora e porque depois não tenho direito ao contraditório e antecipando a resposta que o Senhor Presidente me poderá dar, de dizer: eu gosto muito de o ouvir falar de estratégia e até, obrigado por isso, numa das últimas Assembleias fez uma citação minha sob estratégia e da necessidade de economicamente situar este concelho na fileira da alheira do azeite e porque não na fileira da saúde. Eu dir-lhe-ei que se não se materializa a estratégia, então temos nós que arregaçar as mangas e fazer acontecer.

Vou terminar com uma citação de alguém que está noutra espectro político mas que eu me vergo e lamento que tenha 94 anos e que não tenha, 50, 60 ou 70 anos, que é um ilustre transmontano, o Professor Adriano Moreira. E a citação é de uma intervenção que fez na UTAD e que diz isto: *"Devemos restaurar o Estado e não reformular, manter a esperança e trabalhar para a gestão pública mais competente."*

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Bom dia a todos.

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Presidentes de Junta, comunicação social.

A 4 dias do fim do ano da graça de 2012 pode começar a fazer-se o balanço. Valerá a pena? Há alguns anos que o ano, dito civil deixou de coincidir com os calendários e vice-versa. A monotonia da indiferença, igualizou por baixo, entre outros, o tempo. Tanto faz 2010, 2005, 2009, 2006, 2012. Como quase tudo foi tomado pela contabilidade, a ideia parva de ano, cola sobretudo a exercícios financeiros, a maior parte dos quais, nem se quer são feitos nos países a que dizem respeito. Que o digam os países do programa, uma expressão medonha, facilmente associável a outra coisa. Em que ficamos? Não adianta olhar excessivamente para trás, o passado está pejado de cruzes, as dos nossos mortos, as dos nossos ideais, as dos nossos desejos, as das nossas múltiplas vidas.

Todo o homem é um ser complexo e só os pobres de espírito podem supor que tudo corre como numa autoestrada no meio do deserto, sem trânsito, sem outra paisagem que não seja o sol e as nuvens.

Proust escreve que era preciso guardar um pouco de céu azul da nossa vida, logo que esse nervoso genial que se fechou num quarto para remoer o tempo perdido, não, não adianta olhar para trás. Provavelmente houve sempre um tempo para tudo da mesma forma que haverá agora um tempo para um outro lado.

Nas magníficas páginas iniciais do seu S. Jenier Comedian e Maktid, Sat adverte o que seremos ainda, o que vamos deixar de ser e ser, seremos já o que seremos, é mais solene e trágica das condições.

Olho para o futuro, uma hora, um dia, um mês, um ano, com a esperança do progressista que não sou, ou seja, nenhuma.

O ano de 2012 foi essencialmente um ano de decepção para os portugueses. O atual Governo, aplicou durante o ano de 2012, medidas duríssimas, com o argumento de necessidade de equilibrar as contas públicas, que cada vez se encontram mais desequilibradas.

Nenhum resultado positivo foi alcançado na vida das pessoas e das empresas, assistindo-se a uma degradação progressiva da qualidade de vida, da qualidade dos serviços públicos e especialmente da situação económica e financeira do país.

Na sequência do apelo do Primeiro-Ministro à emigração, têm partido de Portugal para países estrangeiros, centenas de milhares de pessoas, tanto operários como técnicos altamente qualificados.

A emigração dessas pessoas, reduz o potencial de crescimento do país, essencial para o equilíbrio das finanças públicas, sem venda de património do Estado.

Portugal é hoje um país de velhos e de pessoas sem esperança. Atualmente, a maior aspiração dos jovens, é encontrarem emprego no estrangeiro, o que põe em causa a sobrevivência de universidades bem cotadas a nível mundial, especialmente em áreas como a Arquitetura, Engenharia e Saúde.

Esta imagem de um país de velhos é de certo modo, maquilhada pela existência de uma classe política mais jovem e agressiva. Estes não emigram, porque em boa parte não têm qualificações e nunca tiveram profissão em Portugal.

Esta classe política jovem e parasitária, porque improdutiva é transversal aos partidos do arco da governação, conduz-nos à perda efetiva de independência e põe em causa a nossa própria sobrevivência.

É nela que se acultura uma lógica de sobrevivência de interesses, num sistema financeiro nacional e internacional, levando à dependência externa, assente em contratos ruinosos, a que chamam ajuda externa.

A história repete-se e é cíclica. Hoje, tal como há cem anos, temos governos fracos e pouco credíveis, fruto de uma classe política completamente desacreditada e desrespeitada pela sociedade civil.

Tal como há cem anos, somos uma roda gigante de enjeitados. Nesta são colocadas as pessoas abandonadas, mal tratadas, velhos, espezinhados, doentes mal tratados, assim como os desempregados. Esta roda já alberga 60% da população portuguesa.

Tal como há cem anos, as pessoas nas ruas, pedem que haja um deus que nos governe. Eu espero que tal como há cem anos, não apareça um ditador que nos atormente.

Mesmo antes de terminar a minha intervenção, gostaria de vos lembrar a primeira estrofe de “A Portuguesa”, com votos de um Bom Ano.

“Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores deputados, tenho também aqui uma proposta, que eu assino e que já recebeu a concordância dos Senhores líderes dos grupos municipais.

É sobre um órgão de comunicação Mirandense, o “Notícias de Mirandela”, que completa agora mais de meio século de existência e que é um órgão de informação que todos os Senhores deputados conhecem bem e que tem prestado serviços relevantes.

Este serviço, que é prestado através dos seus diretores, Jerónimo Pinto e Arnaldo Pinto, constitui um ato de cidadania louvável, de utilidade pública, especial para aqueles Mirandenses que estão fora da terra e que vão trocando notícias, experiências e memórias. Depois vai ser votada.

A leitura está feita, foi já lida pelos Senhores líderes dos grupos municipais.

E em jeito de recomendação ao Executivo, para que possa ser registada qualquer consideração, qualquer tipo de atribuição ao Notícias de Mirandela, que o Executivo, na sua reunião, deliberará.

No que concerne à importância dos órgãos de informação regionais, eu também não queria dispensar-me de trazer a esta Assembleia um editorial do “Terra Quente”, que fala duma joia da coroa da lavoura transmontana, mas que hoje não passa de um conjunto de edifícios decrepitos.

Se trago aqui este assunto, é porque na memória dos Senhores deputados, na sua maioria, porque ao longo das legislaturas vão mudando de acordo com a vontade do eleitorado, nós fizemos uma das nossas reuniões fora do âmbito deste Auditório, exatamente no Cachão. O que quer dizer que o Cachão pesava muito nas nossas consciências e nos nossos objetivos de cidadãos de Mirandela, no que respeita aos serviços que prestou, que presta ou que podia vir a prestar.

E continuando a ler alguns parágrafos, *“também é verdade que algumas das empresas que estão neste Cachão, se aproveitam do estado de abandono de algumas áreas de terreno, para transformar o local em armazém de lixo.”*

Dispensar-me de fazer referências nominais. Acho que isto é um assunto muito importante para o concelho, não só em questões ambientais mas também em questões organizativas e de proclamação do que vale o concelho e, portanto, eu reclamo aqui e deixo ao Executivo esta nota de atenção para que seja discutido, analisado e tomado em devida consideração.

O Senhor deputado Luís Sousa tinha pedido a palavra, então, faz favor, um minuto.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Muito obrigado Senhor Presidente.

Aproveito para dizer que esta iniciativa relativamente à “menção honrosa”, votaremos a favor, porque vemos isso como um incentivo para que haja comunicação local pluralista, inclusiva e bem informada e que ajude à formação dos municípios. Portanto, é um bem essencial à democracia local.

Muito rapidamente, porquê? Porque alguns de vós terão recebido com alguma surpresa nesta quadra natalícia, nas vossas caixas postais, um cartão de Boas Festas, da Câmara Municipal de Murça. Eu diria, talvez enviado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Murça, com dinheiro da Câmara Municipal de Murça. Isto porquê? Porque estamos a discutir a reforma da administração local e são uma série de autarcas que estão a chegar ao fim de época, há limitação de mandatos e tendo em conta que é funcionário da casa e presumo que tenha cá residência.

O facto é que não nos podemos deixar iludir, que se trata de promoção pessoal e eventualmente alguma ambição de se candidatar a esta Câmara, até contrariamente à posição do líder do seu partido, com o qual até já tive uma conversa bastante acesa a este respeito e que me fez notar que a posição do Partido Socialista é contrária a que hajam Presidentes de Câmara em fim de mandato, a candidatarem-se em municípios vizinhos, dando aquela interpretação elástica à lei, que estamos a ver já alguns autarcas a fazer, inclusive o de Vila Nova de Gaia, que vocês têm conhecimento.

De qualquer maneira denuncio já, porque isto me parece excessivo, a menos que seja uma matéria expansiva de Murça e se tiver intenção de se candidatar, será interposta uma ação em cível para que isso não aconteça, porque esta batalha vai ser dada nos tribunais, infelizmente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor deputado, muito obrigado pela informação. Estamos no Natal. Nós vemos isso como uma atitude de boa vizinhança e os vizinhos devem saudar-se nesta época natalícia...adiante.

Temos as moções, que no meu entendimento devem ser relidas aos Senhores deputados. Refiro-me às moções do Senhor deputado do Partido Comunista.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Vou então ler, não tudo, mas pelo menos as conclusões.

Relativamente à moção que se intitula “A Água, um bem essencial à vida”, a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida no dia 28 de dezembro de 2012, delibera:

Alertar as populações para o aumento generalizado dos tarifários e das taxas associadas ao consumo de água, ou seja, um aumento significativo do valor da fatura a pagar pelas famílias e empresas;

Rejeitar este caminho de privatização dos serviços de água e saneamento e afirmar a sua posição em defesa da água como um bem público e um serviço essencial que deve ser gerido unicamente por organismos públicos;

Denunciar a proposta do Governo e da empresa Águas de Portugal, de pressionar a fusão dos sistemas de água existentes no Norte e apelar a que o Município de Mirandela não aceite nem apoie esta proposta.

Presidente da Assembleia Municipal:

Algum dos Senhores deputados quer comentar, ou precisa de alguma informação?

Faz favor, Senhor deputado Luís Sousa.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Comentar o seguinte:

Nós revemo-nos no mesmo princípio de não privatização das águas. Sobre esse princípio estamos de comum acordo.

Se a moção for no sentido de se tornar mais sintética e enviar à Assembleia da República a posição desta Assembleia, (se a votarmos favoravelmente) de estarmos contra a privatização deste bem público, essencial à vida de qualquer cidadão, tem o nosso voto a favor.

Atualmente, o modo como está apresentada a moção, agrega uma série de considerandos e nós não nos revemos em todos eles. O mesmo acontece com a seguinte, mas sobre essa pronunciar-me-ei depois.

Deixo o apelo ao nosso colega da Assembleia, se quiser tentar alterar o texto, de modo a que seja o mais inclusivo possível, terá o nosso voto a favor. Caso contrário, infelizmente, abstenção, porque com alguns considerandos não concordamos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Nesta circunstância pergunto ao Senhor deputado se quer reformular a sua proposta de moção, ou mantém-na intacta?

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Relativamente à moção, eu penso que ela é bastante explícita.

Em termos de conclusão, as ideias estão fundamentais e não vejo qualquer necessidade de ser alterada

Presidente da Assembleia Municipal:

Então vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

A proposta foi aprovada com:

Votos contra, 0

Abstenções, 33

A favor, 24

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a Proposta apresentada pelo Deputado Municipal, Pedro Fonseca.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

A segunda moção diz respeito à empresa Mirapapel, Lda. E à sua instalação no Complexo Agroindustrial do Nordeste.

Diz assim:

A Assembleia Municipal de Mirandela não é indiferente aos problemas das populações e decide:

- Cessar de imediato o aluguer com a empresa Mirapapel e retirar-lhe a licença de funcionamento com o argumento de não respeitar as normas da AIN (Agro Industrial do Nordeste) que é tutelada pela Câmara Municipal.

- Denunciar esta situação ao Ministério do Ambiente e à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

- Entrar com uma providência cautelar a apresentar no Tribunal Administrativo de Mirandela com o intuito de parar de imediato a atividade da empresa Mirapapel nas instalações da AIN, até averiguar se esta empresa respeita as normas em vigor para este tipo de atividade, uma vez que o tratamento de lixo em nada tem a ver com a agro indústria.

Presidente da Assembleia Municipal:

Como os Senhores deputados bem ouviram, trata-se de um conteúdo textual que merece muita atenção desta câmara e, portanto, a Mesa sente-se no dever de pedir aos Senhores deputados, que querem tecer comentários para isso pedem a palavra.

O Senhor deputado Dinis Veiga pediu a palavra, o Senhor deputado Beça de Sousa e o Senhor deputado Luís Sousa também.

Três intervenções, antes de procedermos à votação desta moção.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, muito bom dia. Espero que tenham passado um bom Natal, com saúde.

Eu não duvido das afirmações que aqui foram feitas sobre a Mirapapel, no Cachão, mas decidir na base do "diz-se, diz-se", não me parece correto.

Acho que a moção deve ser modificada. Deve fazer-se uma moção para se criar ou provocar uma inspeção a essas instalações e mediante esse relatório, nós tomarmos uma decisão. Agora, tomar uma decisão sobre uma informação que um elemento nos trouxe (eu não duvido que seja verdadeira ou que seja falsa) para impedir a atividade dessa empresa, não...eu não sou dessa opinião. Temos a ASAE, temos a inspeção do ambiente e haverá outras. Provoque-se essa inspeção, traga-se o relatório e, perante esse relatório nós tomarmos a decisão.

Deputado Municipal Beça de Sousa (PS):

Senhor Presidente, quer-me parecer que antes de votarmos esta moção, o Senhor deputado Pedro Fonseca, deverá esclarecer o que é que propõe como alternativa à cessação da atividade desta empresa para o tratamento seletivo dos resíduos que esta empresa tem vindo a fazer.

Antes disso, não poderemos votar, porque senão, o que é que vai acontecer com esses resíduos...

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Nós revemo-nos no que o Senhor deputado Dinis acabou por dizer e aliás a minha intervenção foi no sentido de haver um primeiro esclarecimento da parte da Câmara. Nós temos esta capacidade de fiscalização e de eventualmente pressionar para que haja uma chamada de atenção ao Executivo e às autoridades que têm competência nessa matéria, de atuarem, que se faça esse levantamento, que se traga esse relatório, porque nós também não gostamos de tomar decisões com base em comentários.

Também é verdade que o modo como é apresentada a moção, também não ajuda, porque a moção agrega três ou quatro pontos, com níveis de intervenção brutalmente diferentes: um, já estamos no foro judicial, outro estamos no foro de inspeções, noutro já estamos até fora do âmbito da Assembleia Municipal. Ou reformular no sentido de haver uma tomada de posição coletiva contra o que se está a passar e alertar o Executivo e as autoridades para que atuem e que se traga a esta Assembleia um relatório de análises que possamos depois apreciar. Essa parece-me uma moção que provavelmente reuniria o consenso dos vários grupos.

Volto a apelar à disponibilidade e bom senso do nosso colega, se quiser reformular a sua moção.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa não se cansa e insiste na importância do conteúdo desta moção, porque terá que ser votada.

Mas, permitir-me-ão que a Mesa altere um pouco o rumo habitual das intervenções no seu aspeto cronológico e dada a importância deste debate e desta votação que se vai seguir, eu pedia ao Senhor Presidente da Câmara se porventura - porque pode acontecer que o Executivo tenha alguma coisa importante, fora do tempo, para nos dizer - quer dizer alguma coisa sobre este aspeto.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito bom dia Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Senhores Municípes e comunicação social.

Em relação ao presente assunto, tirando do contexto das respostas que teriam sido solicitadas no Período de Antes da Ordem do Dia, eu gostaria de dar alguns esclarecimentos em relação ao que está aqui em causa.

Antes de mais é preciso recordar que a empresa Mirapapel é uma empresa que tem a sua atividade estabelecida em Mirandela, devidamente licenciada e faz triagem seletiva de resíduos, numa unidade devidamente licenciada.

É uma empresa que neste momento tem mais de 60 postos de trabalho, que está estabelecida em Mirandela e que se instalou numa área que tem sido exemplar ao nível do nosso concelho, nomeadamente pela instalação de um conjunto de equipamentos que começam desde logo do aterro sanitário e hoje em dia, até de unidades de tratamento de resíduos orgânicos.

A Mirapapel instalou-se no Complexo Agroindustrial do Cachão, neste caso, na AIN. Tem um armazém adquirido no centro da AIN, há largos anos, e neste momento tem um contrato promessa, do qual já pagou uma percentagem e irá pagar o restante quando estiver feita a respetiva escritura, doutra unidade que adquiriu.

Nessas duas unidades, - o que tem acontecido e sido motivo destas questões – que sempre foram utilizadas por esta empresa como armazenamento de resíduos seletivos, ao longo do tempo, sendo que a segunda só foi utilizada recentemente porque só recentemente é que se fizeram os contratos promessa e que ficaram eficazes.

A primeira unidade sempre fez armazenagem de resíduos seletivos. Neste caso, em determinada altura, os resíduos eram papel e aconteceu, (já o expliquei aqui nesta Assembleia, já o disse na anterior) que este empresário teve um excesso de armazenagem de plásticos e isso provocou um excesso de armazenagem, quer na unidade que existe em Mirandela, quer na unidade que ele tem no Cachão.

De qualquer maneira, esta situação foi sempre acompanhada. Foi falado em conjunto com o empresário e foi-lhe transmitida a necessidade de rapidamente proceder a esse esvaziamento, o que está a acontecer.

Entretanto, e fruto de várias intervenções, nomeadamente do Senhor deputado à Assembleia da República, Agostinho Lopes, que fez diretamente uma queixa ou pergunta à Senhor^a Ministra da Agricultura, estão a ser realizadas um conjunto de inspeções pela Inspeção Geral do Ambiente e por outro conjunto de entidades.

Eu só gostava de recordar que, antes de mais, o Complexo Agroindustrial do Cachão, neste caso a AIN, é uma zona industrial devidamente licenciada. É uma zona industrial, onde podem ser instaladas indústrias, não exclusivamente agroindustriais. É importante entender isto, porque quando foi feita a classificação daquele espaço, não o foi especificamente.

Esse mesmo Complexo, foi dotado dum conjunto de infraestruturas ao longo dos anos, nomeadamente uma ETAR, que neste momento funciona e faz o tratamento dos efluentes, quando durante largos anos, os efluentes industriais das unidades agroindustriais e doutras, eram pura e simplesmente lançados para o rio.

E resulta que se trata de um Complexo Agroindustrial, com capacidade de instalação de empresas industriais, com capacidade para receber empresas industriais, que tenham algum tipo de problemas ambientais.

Aquilo que acontece em relação a esta unidade, instalada naquele local, faz armazenagem, não faz triagem e neste momento está a desenvolver o licenciamento dessas mesmas instalações.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Senhor Presidente.

Julgo que a sua informação poderá ajudar-nos a apontar o sentido de voto.

Perguntava aos Senhores deputados se porventura alguém mais quer utilizar a palavra.

Senhor Pedro Fonseca, faça favor.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Mais uma vez, a respeito deste assunto.

De facto é muito fácil, para quem não vive ali e não se depara todos os dias com esta situação.

Dizer que o Complexo Agroindustrial está sujeito a este tipo de empresas, denota um desconhecimento profundo do que é a agroindústria e das poucas empresas que ali funcionam ainda na agroindústria.

Eu posso afirmar com toda a certeza, que existe uma unidade de extração de mel, paredes-meias com esta acumulação de lixo a céu aberto.

Existe ainda uma unidade de produção de queijo nas mesmas imediações, já para não falar no Matadouro.

Estamos a falar da Mirapapel, que tem um protocolo com a Resíduos do Nordeste, leia-se no site Resíduos do Nordeste, no que diz respeito a óleos alimentares. Eu consultei o site e não vi lá absolutamente mais nada.

A Resíduos do Nordeste está para abrir para fazer o tratamento destes resíduos que estão ali a ser acumulados.

O facto de passarem meses e meses com aquelas toneladas de lixo ali, alguma coisa se passa. Porque a Resíduos do Nordeste não abre, porque o lixo está a ser ali acumulado, ninguém entende esta situação.

Aquilo que a população não entende e não suporta, é o cheiro nauseabundo que dali advém. As pessoas desesperam nas alturas de verão, com o cheiro...

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor deputado, desculpe interrompê-lo.

Senhor deputado Pedro Fonseca, as explicações que está a dar aos Senhores deputados e à Assembleia já estão no conteúdo textual da moção.

Se há mais alguma informação útil para a votação, faz favor de continuar. Caso contrário, não vale a pena estarmos a repetir.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

A informação útil para a votação é que já que não acreditam no que ali está, eu convidava as pessoas a irem lá ver, já que não confiam na comunicação social, que já mostrou por várias vezes o que lá está, com imagens explícitas.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Senhor Presidente, para dizer muito rapidamente que está a levantar um falso problema. Ninguém está a duvidar do que lá está, antes pelo contrário, já dissemos isso.

Agora, também não posso dar-me por satisfeito com a resposta que ouvi do Senhor Presidente.

A resposta foi: bem, está preparado para receber um determinado tipo de lixo. Entretanto recebeu mais outro tipo de lixo para o qual não estava preparado, gerou-se ali uma situação mais ou menos difícil e a única coisa que disse é que está num recinto devidamente licenciado. Isso não me deixa seguro, nem tranquilo. Eu continuo a dizer o mesmo. O problema é o formato dessa moção. Eu acho que estamos todos mais ou menos de acordo que se vote aqui porque a situação é de facto grave, já a comunicação social também se debruçou sobre isso e vários municípios também relataram esses factos.

Portanto, votar-se aqui uma moção no sentido de que as autoridades competentes que foram aqui mencionadas "Direção Geral do Ambiente, Inspeção do Ambiente e Asae", que façam essa inspeção.

Que o Executivo tome a iniciativa de solicitar essas inspeções e que não nos dê como resposta única e exclusivamente que aquilo está num sítio bem licenciado e que está tudo ok, porque não está tudo ok.

Presidente da Assembleia Municipal:

Quando a Mesa pediu ao Senhor Presidente da Câmara a sua intervenção, não foi no sentido dele dar resposta, porque não há perguntas. Foi a Mesa que entendeu alterar a cronologia habitual das intervenções e pedir ao Presidente do Executivo que desse a informação atempada sobre o acontecimento.

Claro que me parece deduzir que a Câmara está consonante que poderia ser modificado o teor e forma gráfica da moção, mas neste momento julgo que já pouco mais haverá a dizer. O Executivo está sensibilizado para o efeito.

Presidente da Câmara Municipal:

É só para esclarecer que a Câmara Municipal, em conjunto com a Delegação Local de Saúde, já realizou uma vistoria ao espaço, já fez uma notificação ao requerente, já fez esse acompanhamento. Eu não me manifestei aqui mas isso já aconteceu.

É preciso também recordar que, por exemplo, naquele Complexo Agroindustrial há lá uma fábrica de tintas, há uma serralharia que infelizmente fechou por problemas económicos, há carpintarias, há outras unidades que não são agroindustriais há largo tempo.

Como disse, a Câmara Municipal efetuou essa vistoria e há neste momento inspeções da Inspeção Geral do Ambiente e do que a Câmara Municipal se compromete, é fazer chegar aos Senhores deputados essa informação e os Senhores deputados depois decidirão em função dessa informação.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então votar esta moção.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal. Humberto Cordeiro:

O Resultado da votação foi o seguinte:

Votos Contra, 48

Abstenções, 10

A favor, 4

Recusada por maioria

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, não aprovar a Moção apresentada pelo Deputado Municipal, Pedro Fonseca.

Presidente da Assembleia Municipal:

Falta uma moção, que é a do “Notícias de Mirandela”, que os Senhores líderes dos grupos municipais já leram, pelo que, podemos passar diretamente à votação, que é uma recomendação para o Executivo.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Dando continuação ao programa eu pedia ao Senhor Presidente se quer comentar, responder ou explicar alguma coisa, neste Período Antes da Ordem do Dia.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, agora sim, a minha saudação.

E em resposta ao Período de Antes da Ordem do Dia, uma saudação especial, por estarmos em tempo de Festas de Natal e ser também a última Assembleia do ano. Desde já os meus desejos para que o ano de 2013 seja pelo menos tão bom, em alguns aspetos, como o ano de 2012. E eu destacava o facto de, por exemplo, em Chelas terem nascido seis crianças este ano, que eu acho que é algo de espantoso, num pequeno aglomerado com a dimensão que tem Chelas e esses desejos que sejam extensivos a todo o mundo rural e principalmente ao mundo urbano. Que seja assim que nós consigamos renovar e reestruturar o nosso concelho.

Sei que alguns de nós fazem esse esforço, nomeadamente alguns vereadores. Assim, a saudação para aqueles que têm acompanhado e que no próximo ano tenhamos a mesma felicidade.

Começando por responder ao que são as perguntas concretas que foram apresentadas ao Executivo Municipal. Começaria pelo deputado Luís Sousa, dizendo que a contratação dos juristas foi feita com base numa avaliação que teve em conta o que o Município de Mirandela pagava optando pelo recurso a entidades externas. Chegamos à conclusão que era mais vantajoso do ponto de vista financeiro contratar dois juristas em regime de avença do que socorrer-nos de apoio externo. Além disso, essa contratação tem outra vantagem adicional porque eles podem intervir me tribunal em representação do Município de Mirandela, tal como aconteceu, por exemplo, nas ações que se referem às urgências de Mirandela.

Esses juristas já tinham sido contratados no âmbito de um concurso e foram formados no âmbito desse mesmo projeto num conjunto de áreas, nomeadamente as áreas da reabilitação urbana e no âmbito de um projeto chamado SISTMIR. Realizámos um concurso, contratámos juristas, demos-lhe formação e foi nesse sentido e com essa justificação que eles foram contratados.

O procedimento é perfeitamente legal e pode ser perfeitamente alvo de qualquer tipo de inspeção. Assim, nós consideramos que é justificada a sua contratação.

Nós gostaríamos de os contratar no âmbito de um concurso público mas neste momento estamos completamente limitados. Não temos qualquer possibilidade legal em o fazer e hoje em dia este é o único recurso que temos e é a única contratação com estas características que temos na Câmara Municipal.

Em relação às empresas municipais, independentemente do atraso, nós fornecemos todos os relatórios das empresas municipais. Aqueles que têm que ser consolidados são consolidados. Os que não têm que ser, não são consolidados. As participações não têm que ser consolidadas na Câmara Municipal. Só têm que ser consolidadas quando são consideradas empresas em que a nossa participação ultrapassa uma determinada percentagem.

Em específico em relação ao Hospital Terra Quente, eu já o disse aqui e vou repeti-lo.

A Câmara Municipal tem trezentos mil Euros de capital social no Hospital Terra Quente. Distribuimos a todos os grupos parlamentares um documento com esta informação. Aliás foi feita até uma visita ao Hospital Terra Quente para demonstrar o que estava a ser realizado e foi distribuído um dossier.

Os acionistas são exatamente os mesmos que estão nesse documento. No entanto existirá agora um aumento de capital, que permitirá que outros acionistas entrem nesse capital a partir deste momento. Nesta fase e neste momento, o capital social do Hospital Terra Quente e os acionistas, são os mesmos que nós colocámos nesse documento que entregámos aos grupos parlamentares.

Terei todo o prazer em lhe enviar uma cópia novamente, apenas com ligeiras alterações que possam existir em relação ao que estava no que diz respeito ao hospital em si porque em relação ao capital acionista, "repito" não há, nem em relação aos acionistas.

Sobre as empresas Metro, Mircom e todas as outras participações da Câmara Municipal, a situação financeira é plasmada nos documentos de gerência dessas empresas e será entregue como foi entregue no ano passado, "repito" este ano de forma mais célere, em vez de serem entregues em conjunto, serão entregues à medida que forem realizadas as Assembleia Gerais e poderão aí avaliar qual é a situação de cada uma dessas empresas e não o fazer aqui.

Quanto à Mini Hídrica, naturalmente que não tenho valor de cabeça mas faremos chegar ao Senhor Vereador o que a Câmara Municipal recebe. O valor depende da faturação são 2,5% da faturação anual, valor que nós teremos disponível.

Devo dizer ao Jorge Pereira que concordo com a sua estratégia. Mirandela caracteriza-se por alguma atratividade, se calhar apenas pelos passarinhos e pela sua paisagem. Quando contatou outros concelhos dizem-nos que o número de pessoas que Mirandela atrai é surpreendente porque se consegue em eventos, no dia a dia, que pode não ser reconhecido como uma estratégia, mas a verdade é que é um facto e esse facto é facilmente observável em tudo aquilo que nós realizamos.

No entanto, claramente de acordo com todas as estratégias de valorização dos núcleos rurais.

Dou-lhe o exemplo do concurso que estamos a lançar diretamente, através das Juntas de Freguesia: uma casa das artes na Torre D. Chama ou um centro etnográfico em Abreiro, que vai no alinhamento desse tipo de princípios. O museu do azeite está em curso e a sua localização já não sofre problemas. É verdade que temos tido enormes dificuldades com aquela obra mas acreditamos nela e vamos levá-la até ao final. É um projeto em que acreditamos e estamos crentes também que é possível dinamizar outros núcleos rurais. Fazemo-lo de várias formas: utilizando os próprios espaços, utilizando a fruição, mas conseguimos fazer e acredito que Mirandela, neste momento, consegue essa atratividade.

Falando em específico numa pergunta que estava ligada à Mirapapel, eu gostava que quem faz perguntas nesta Assembleia e faz afirmações que tentasse antes obter alguma informação. E quando se afirma aqui que o Matadouro do Cachão está moribundo, eu lamento que quem faça essas afirmações não tenha a informação que devia ter, que pode obter diretamente nos trabalhadores do Matadouro.

Eu informo aqui, apenas os dados de dezembro deste ano e gostava que os fossem comparar com os dados de dezembro de 2011.

Neste mês, no Matadouro do Cachão, foram abatidos 400 bovinos, 1.500 pequenos ruminantes e mais de 400 suínos (leitões e porcos). Estes números demonstram claramente que existe nesta infraestrutura a possibilidade de uma luz, de se conseguir fazer a recuperação deste equipamento em específico.

Tem sido difícil, nomeadamente porque a carga pesada que tem em termos de dívida, é conhecida, é pública. No entanto, a gestão que tem sido feita nos últimos tempos, tem garantido este progresso e no que acreditamos, que é o sucesso de uma unidade produtiva da nossa região.

É pena quando se fazem as afirmações, se contribua, não para a revigoração e para a recuperação destes equipamentos, mas que se contribua apenas para lhe criar uma carga negativa que já tivera no passado e que neste momento não tem.

É uma unidade de referência na região e o crescimento do abate está provado por estes números.

À questão da água não vou afirmar muito mais porque esse assunto terá que ser debatido mais tarde nesta Assembleia Municipal. De qualquer forma, eu gostaria de recordar que todos os processos de concentração, se têm aspetos negativos, os aspetos de concentração têm aspetos positivos e um deles tem claramente a ver com a tarifa.

A concentração / fusão dos sistemas multimunicipais da Região Norte, pode representar para a nossa região, ganhos enormes na tarifa em alta. É preciso pensar isto de forma clara, porque a única forma de nós conseguirmos alguma coesão regional é através da concentração, neste caso dos sistemas multimunicipais. E apenas estou a falar em alta e dos sistemas multimunicipais que existem na nossa região. As tarifas têm diferenças na ordem dos 30 a 40 cêntimos e das duas uma: ou há uma regularização da tarifa do ponto de vista regional, ou então a única forma de nós conseguirmos equilibrar estas tarifas é através da fusão dos sistemas multimunicipais. Esta questão será colocada nesta Assembleia e iremos debatê-la mais tarde.

Ao Eng.º Baltazar...ó Senhor Eng.º, tirando a última ata, que pelos vistos houve aí um problema e naturalmente serei responsável no limite, que infelizmente não tinha conhecimento, mas quase me apetece ir buscar as últimas atas e tirar as suas intervenções. Eu já me habituei a ouvi-las repetidas da mesma forma e em determinadas alturas elas passam sempre pela mesma situação. O Presidente da Câmara não tem capacidade de representação, o Presidente da Câmara é arrogante, o Presidente da Câmara quer o poder,

enfim, já sabemos a sua opinião, não vale a pena reafirmá-la, eu já a conheço. Acho muito bem que a reafirme e espero que desta vez não haja nenhum tipo de corte na ata, para não ser afirmado que eu não quero que isto se saiba em público. Eu quero que se saiba em público e quero que toda a gente saiba qual é a sua opinião sobre mim. Longe de mim, antes pelo contrário. Gostaria que ela fique clara e plasmada em público.

Realmente, tenho que dizer, se o balanço de um ano se resume a isto tudo que aqui afirmou, eu estou extremamente feliz, porque efetivamente, quem tem que arregaçar as mangas é o Senhor Eng.º. E eu sei que vai arregaçá-las agora brevemente e nessa altura teremos oportunidade de em conjunto e de mangas arregaçadas falarmos sobre estes assuntos.

Mas parece-me que a única alegoria que consegue encontrar é a do pinheiro que está na rotunda. Ainda pensei que me vinha falar dos buracos e do problema de não termos o pavimento da forma como gostaríamos, mas afinal não, era o pinheiro. Até me dá vontade de lhe perguntar se não viu a alegoria dos pinheiros reciclados que estão na Câmara Municipal, pensando que nós estamos a utilizar o que é velho para fazer novo e decorar o palácio. Pensei que ia falar dos pinheiros da Câmara e afinal não. Foi buscar o pinheiro natural, que por acaso foi lá colocado por bondade dos nossos funcionários, que já tinham previsto fazer aquele abate e aproveitaram para o fazer nesta altura de Natal. Aliás é um pinheiro de índole local, interno e que eu estimo muito por causa dessa imagem de voluntarismo dos nossos funcionários.

Não quero que fique a ideia que eu não respondo a estas perguntas, curiosamente as que são mais mediáticas: os cães do Cachão, a EN15, o Presidente da República, são os assuntos que pelos vistos saíram mais na imprensa.

Em relação ao Presidente da República, eu vou falar com o meu gabinete de imagem e vou-lhe dar todo o dossier de imprensa porque é para isso que servem os gabinetes de imagem e eu tenho esse cuidado de fazer a recolha e far-lhe-ei chegar todo o dossier de imprensa para verificar até que ponto foi fortuito ou não.

Quando convidamos alguém para nos visitar, podemos-lo fazer por dois motivos: numa perspetiva de mão estendida, ou seja, numa perspetiva de lamentar, ou então recebemos os amigos. Eu quando recebo os amigos em casa, gosto de os receber com aquilo que tenho de melhor, que são a minha amizade e a minha estima. E eu tenho uma enorme estima pelo Presidente da República. Não preciso de o afirmar. Fui diretor de campanha dele em Mirandela e na região e recebi o meu amigo Presidente da República em Mirandela com tudo o que eu considere que o devia receber. Recebi-o em minha casa e com o coração aberto para o receber.

Se acha que foi uma visita que não teve o resultado que gostaria, certamente que a mesma pessoa que o tem ensinado a falar tão bem com as estradas e com a empresa que está a construir as estradas lhe pode ensinar como se faz essa reivindicação. Tenho a certeza que vai obter dessa pessoa um auxílio único para as suas atividades futuras e essa pessoa vai ser um elemento fundamental no “coaching” para ter nos próximos tempos, com muita experiência política, nem que seja a enviar cartões de Natal às pessoas e pode aprender com essa experiência e esse tipo de atitude lhe será muito útil para as atividades que em conjunto futuramente iremos ter.

Quero dizer-lhe que não percebeu quando falei da EN15. Durante seis meses a empresa ocupou a estrada sem qualquer autorização, esta é a questão. Mas tenho todo o orgulho em ter contribuído com aquela estrada para o decurso da autoestrada 21, porque há uma questão que é preciso ter em conta.

Nós não andamos em contra vapor com as estradas. Nós negociamos. Recentemente estiveram os Presidentes de Juntas, todos os que estão na linha, em conjunto com os elementos das estradas a verificar os problemas. Temos às vezes relações complicadas mas cedi aquela estrada de coração aberto e continuarei a ceder porque é para o desenvolvimento da minha região. Se nós não tivéssemos cedido a estrada, a obra ainda não estava concluída na zona do Romeu. Eu sinto um enorme orgulho em que hoje a estrada esteja ao serviço da nossa região, porque a Câmara Municipal de Mirandela contribuiu. Assim como sinto um enorme orgulho em que o estaleiro esteja instalado no nosso aeródromo e que isso resulte de negociações com a empresa. Tal não invalida que continuemos a reivindicar porque há situações que às vezes para alguns podem não parecer importantes mas para a Junta de Freguesia A ou B são importantes. O compor um caminho, uma entrada, uma zona onde não é possível virar um trator, são questões que são resolvidas no dia a dia e que às vezes não são.

Também sabemos que a autoestrada tem tido dificuldades. Podem acusar-nos de muita coisa, mas não nos podem acusar de não termos estado atentos e não termos apoiado a construção desta estrada.

Tenho orgulho em que o meu concelho tenha contribuído para a construção de uma autoestrada que é fundamental para o desenvolvimento da nossa região.

Sobre o Saneamento Financeiro, eu já ouvi dizer numa reunião de Câmara, que nós não queríamos o Saneamento Financeiro. Agora ouço dizer que nós não sabemos fazer o Saneamento Financeiro.

O Saneamento Financeiro é um processo de gestão interna e uma opção de gestão interna que foi em determinada altura decidido nesta Assembleia Municipal.

Tem um processo associado e tem uma fiscalização preventiva do Tribunal de Contas, que é uma entidade que exige o que considera que deve exigir. Posso é garantir-lhe, (estou há doze meses como Presidente da Câmara) que não precisei de Saneamento Financeiro durante doze meses e a Câmara não

parou, continuou. O Saneamento Financeiro é um veículo que nós considerámos que era importante. Não é nenhuma Fénix renascida, iremos levá-lo até ao limite do que são as nossas possibilidades, negociando com o Tribunal de Contas mas não é a Fénix renascida da nossa gestão.

Nós temos capacidade para renegociar as nossas dívidas. Nós temos capacidade para as gerir e temos capacidade para trabalhar sem Saneamento Financeiro. Acreditamos que neste momento era a melhor solução para a nossa gestão mas se assim não for haja santa paciência.

Não entendo qual é a questão de achar que o Saneamento Financeiro é um elemento de utilização política. É um elemento de utilização financeira. É o que consideramos como crucial e estratégico que para nós seria importante, mas até hoje não vivemos com ele. Assim, repito que não é a nossa Fénix renascida.

Julgo que resumir um ano às características pessoais do Presidente da Câmara diz muito do tipo de atitude e daquilo que nós vemos na atividade dos outros.

Em abril vamos ter nesta Assembleia a avaliação do Relatório de Atividades do ano 2012. Nessa altura possamos avaliar as questões e provavelmente que já estaremos também noutro campo de diálogo e de debate em que as emoções já nos ultrapassam e o melhor é ficarmos nesta fase.

Muitas vezes a minha arrogância é confundida com a falta de capacidade de reivindicação. Não entendo mas digo-lhe que para o meu bem-estar psicológico e pessoal preciso deste tipo de apoio porque é assim que eu descubro que estou a trabalhar melhor.

Digo-lhe muito obrigado, Senhor Eng.º porque a sua intervenção contribuiu para me fazer sentir melhor.

Muito obrigado.

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então passamos ao ponto da Ordem do Dia.

Inscrições dos Senhores deputados para este ponto, Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Estão inscritos os Senhores deputados: Faustino Cunha, Fernanda Cerqueira, Agostinho Beça e Rui Magalhães.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Exm.º Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros desta Assembleia.

Registo com agrado que o Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela reuniu com alguns Presidentes de Junta de Freguesia, participou em vários eventos e representou o Município.

Só não tive a oportunidade de apreciar, como é meu dever, a evolução da situação financeira do Município, conforme dispõe a lei 5-A/2002.

Solicito assim a V. Ex.ª, Senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de requerer estes elementos fundamentais para a apreciação da razoabilidade dos valores que em seu devido tempo serão apresentados em sede de orçamento para 2013. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Segue-se no uso da palavra o Senhor deputado Beça.

Deputado Municipal Beça de Sousa (PS):

Senhor Presidente, Exm.º s. Senhores Deputados, desejo a todos, antes de mais, Boas-Festas.

Na Assembleia Municipal de 07 de setembro deste ano, tive a oportunidade de saudar o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Manuel Rodrigues pelo facto de promoverem a reativação do Conselho Cinegético Municipal e de reunirem com técnicos e outros agentes do setor da caça.

Hoje, também me apraz registar que na Informação do Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia, são feitas várias referências à caça, no concelho de Mirandela e ao conselho Cinegético Municipal e aqui permito-me um pequeno parêntese. “Concelho de Mirandela com “c” curvo, como todos devíamos saber e Conselho Cinegético Municipal, com “s”.” Entende-se perfeitamente a dúvida na escrita da palavra concelho, por parte das pessoas que habitualmente ajudam a escrever e preparar estes documentos e certamente por essa dúvida, numa destas referências, na página “3”, Posto de Turismo de Mirandela, dá apoio ao Conselho Cinegético Municipal, aparece escrito com “c” curvo.

Isto para alguns pode até parecer pouco relevante mas trata-se dum documento oficial e que vai ficar publicado e perdurar para a história.

Sugiro, Senhor Presidente da Câmara, na melhor das intenções, que de futuro, a informação de V. Ex.^a, seja devidamente revista para evitar este tipo de situações.

Mas, continuando:

Disse e mantenho que o interesse do Executivo por estas questões merece ser saudado com satisfação.

Contudo, a questão em concreto do Conselho Cinegético Municipal não é exatamente como se pretende fazer crer tanto nesta informação como na publicidade que tem sido feita sobre esta matéria do Posto de Turismo na comunicação social e nos meios de divulgação habituais.

Melhor explicando:

No ponto “5” da Informação do Senhor Presidente da Câmara, com o título “Conselho Cinegético Municipal e Conservação da Fauna de Mirandela” é dito e passo a transcrever: *“Um dos meus objetivos quando assumi as funções de Presidente da Câmara Municipal de Mirandela foi a de reativar esse conselho, efetuando reuniões frequentes e dando a conhecer o que se passa a nível da caça e da fauna no concelho de Mirandela. Para o efeito foi decidido elaborar uma newsletter regular, ligada à caça e à conservação da natureza.”* Fim de citação.

Efetivamente tem havido reuniões, nas quais tenho participado, que reporto de grande interesse e qualidade para o setor da caça, mas não são reuniões do Conselho Cinegético Municipal.

Se bem que se deva considerar meritório promover essas reuniões entre técnicos e outros agentes do setor da caça, na verdade são apenas reuniões informais e não do Conselho Cinegético Municipal.

Com efeito, quero deixar publicamente bem claro que o dito Conselho Cinegético Municipal, constituído por Portaria do Ministério da Agricultura, com o nº 1062/2009, de 23 de outubro de 2009, e que se encontra em vigor até 23 de outubro de 2013, não reuniu para se pronunciar sobre esses assuntos, ultimamente publicitados, da venda de autorizações de caça no Posto de Turismo nem nunca deliberou nesse sentido, nem existe nenhuma ata em que se ratifiquem tais decisões.

É óbvio que nunca deveriam estas ações, apesar de meritórias, ser associadas ao nome do Conselho Cinegético Municipal.

Por outro lado, a newsletter já é divulgada por um grande número de caçadores de todo o país, informando sobre estas decisões, em nome do Conselho Cinegético Municipal, erradamente, como se pode bem perceber.

Senhor Presidente, a primeira destas reuniões teve lugar em Setembro. Continuo a aguardar a convocatória para o Conselho Cinegético Municipal, tendo em vista concretizar a sua verdadeira reativação.

Muito obrigado.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Exm.º Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, público em geral, comunicação social, minhas Senhoras e meus Senhores, bom dia a todos.

Continuação de Boas-Festas e um bom 2013 para todos e fazendo um reparo, (que me entristece) que este Auditório não tem um único símbolo desta quadra, nem árvore, nem Menino Jesus. É da crise...ou talvez não.

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, temos que convir que esta Informação Escrita, não faz jus ao que se tem feito pela cultura. E quando me refiro a cultura, faço-o com fundamento na definição genérica, formulada por Edward Tylor, segundo a qual cultura é todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridas pelo homem, como membro da sociedade.

Senhor Presidente, quantidade nem sempre é sinal de qualidade. Referir as coisas mais importantes e de que modo o Município foi responsável ou corresponsável, seria de uma leitura mais fácil e faria mais jus às próprias iniciativas.

E sobre as novas iniciativas que este Município tem desenvolvido, destaco: a semana da juventude e do desporto, atividade entre margens, abertura oficial da exposição de pintura “a minha aldeia”, feira da “manta velha” e o primeiro encontro de escritores “tua escrita”. E sobre as mesmas, apenas queria dizer: temos que cultivar e que fazer germinar. Só assim conseguimos que a sementeira vá ter um rótulo e uma marca, bem característicos.

Já que Mirandela está a entrar no novo paradigma em que tudo que se achava como certo se está a perder aos poucos, é a hora de fazer novas apostas.

Temos que louvar estas iniciativas, para as quais, entre outras sessões desta Assembleia, tanto eu como a minha bancada parlamentar apelamos e que estão no bom caminho.

O nosso Museu Municipal, começa finalmente a ter o nome. Os Mirandelenses e em especial os alunos das várias escolas já conhecem o nosso museu.

O nosso museu também já está acessível aos turistas, abre aos sábados, muito bom...mas deparamo-nos com um problema de vício porque as pessoas ainda não estão habituadas a estas mudanças e todas estas alterações acarretam custos. Nós sabemos mas desistir não é o caminho.

Como disse inicialmente, só se cultivarmos e fizermos germinar, podemos colher frutos. Só cultivar e não cuidar, não vai resultar.

As pessoas habituam-se por moda e por repetição. Tem que se fazer destas iniciativas moda e repetir. As populações pedem mais e com mais frequência, como é o caso, por exemplo, da “Feira da Manta Velha.”

Mesmo que as atividades culturais só cheguem a uma pessoa e não é esse o caso, vai valer sempre a pena, pois estamos a contribuir para uma Mirandela mais interventiva, mais participativa e mais informada.

Guimarães, a capital europeia da cultura, também não chegou a todos, embora todos tivessem acesso. Eu tive o privilégio de participar em algumas iniciativas, comprovar a excelente qualidade das iniciativas, o que não significou sempre muito público.

E por último, um apelo: Senhor Presidente, tem uma equipa fantástica a trabalhar no Museu mas é bom relembrar, que é um Museu de Arte Contemporânea. Não é um Museu do Azeite.

Como o povo diz “cada macaco no seu galho”. Se misturarmos as sementes, na hora da colheita, podemos não obter o que desejamos.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

A palavra ao Senhor deputado Rui Magalhães.

Antes, uma pequena explicação.

Senhores deputados, claro que é dever da Mesa insistir no respeito pelo regulamento e quando eu digo a maneira como se introduz uma intervenção, “Senhor Presidente, Senhores deputados”, confesso que não sou indiferente e gosto muito de ouvir os Senhores deputados dirigirem-se à Assembleia a desejar Boas Festas, que é uma maneira muito afetuosa e que nós balançamos entre o dever do regimento e o dever do afeto, que fica sempre muito bem.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, chamo desde logo à colação o Regulamento Orgânico e o Manual da Qualidade do Município de Mirandela, que contém a visão, a missão, os princípios e os valores porque se norteia o Município de Mirandela. Aí se pode ler:

O Município orienta a sua ação no sentido de prestar em todos os domínios um serviço de qualidade aos cidadãos, tendo como missão genérica corresponder às aspirações dos cidadãos, mediante políticas públicas inovadoras, apostando na aplicação sustentável dos recursos disponíveis e na qualidade da prestação dos serviços.

Eu creio, na minha opinião, que esta Informação Escrita, traduz essa filosofia de intervenção.

De facto, o Município de Mirandela tem investido cada vez na procura da qualidade, da excelência e da avaliação da eficácia das suas ações através da implementação dos Princípios de Deming e do Ciclo PDCA (planear, executar, verificar e agir), convocando sempre os recursos mais adequados.

Se analisarmos com cuidado a última Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, podemos ler que ela traz subjacente, ideias que integram a estratégia do Município de Mirandela e que eu apresentaria da seguinte forma:

- Estabelecimento de parcerias e de outras formas de colaboração com instituições públicas e privadas.

Acho que a informação, de alto abaixo, traduz esta estratégia.

- Adoção de medidas de racionalização de custos.

Exemplo: Poupança energética na iluminação pública e nos edifícios municipais.

- Apoio a todas as iniciativas que traduzam uma mais valia para Mirandela e para o comércio local com impacto local, regional e nacional.

Em Mirandela foi realizado:

- VI Simpósio de Olivicultura;
- Seminário Produzir Mais Dentro, Vender Mais Fora;
- Jornadas Nacionais de Pedestrianismo;

São seminários e iniciativas de âmbito nacional, que trouxeram imensa gente a Mirandela.

- Apoio a atividades e iniciativas de promoção das freguesias, da sua economia local e dos seus produtos agrícolas, comerciais ou industriais e está na Informação Escrita.

Exemplos:

- I Feira da Azeitona e Mecanização Agrícola de Vale de Gouvinhas;
- Feira do Pão e Azeite de Suções;
- IX Feira da Couve Penca de Carvalhais;

- Realização de eventos para valorização, empenhamento e dinamização dos jovens e do desporto em geral.

Exemplos:

- Semana da Juventude e do Desporto (iniciativa ímpar no contexto nacional em que foi possível fazer muito com pouco e com o envolvimento de coletividades, empresas, serviços públicos, paróquias e jovens).

- Promoção da caça como recurso energético e como fator de atratividade dos turistas, com forte impacto na economia local, sobretudo na restauração e no alojamento.

- Organização de eventos culturais relevantes, sobretudo para valorizar os artistas de Mirandela e da região, e comemoração de semanas ou de dias mundiais, europeus ou nacionais:

Existem seguramente, cerca de dez ou doze eventos que cumprem esta estratégia de intervenção:

- Abertura do Palácio dos Távoras ao público em geral e à comunidade educativa em especial com a organização de iniciativas culturais e educativas. Não sei se tiveram oportunidade de ir ao Palácio dos Távoras em novembro ou dezembro. Aí foram desenvolvidas:

- Iniciativas da Semana da Juventude e do Desporto;

- Exposição de Pinheiros de Natal construídos por alunos das nossas escolas com material reciclado;

- Comemoração do Dia Mundial das Espécies Autóctones

- Reforço do apoio social a indivíduos e famílias carenciadas e a idosos.

- Qualificação e diversificação das respostas ao nível da Educação.

- Aposta na Qualidade e na Melhoria Contínua. Aqui, chamo a atenção para o excelente trabalho produzido pela Equipa da Qualidade, que vai permitir em breve, certificar cerca de 29 procedimentos técnicos e administrativos da Câmara Municipal de Mirandela

- Valorização dos recursos humanos. Neste momento estão a decorrer:

- Plano de Formação Interna, Plano de Formação Intermunicipal e Formação de todos os Motoristas da Câmara Municipal.

- Publicitação da ação meritória de instituições e de Mirandelenses em várias situações e domínios:

- Azeite João das Barbas; Vinhos do Romeu; João Morais e David Martins; Impulso Jovem do IEFP; Noite Solidária da Cruz Vermelha Portuguesa; Nuno Cardoso Santos; 25 anos da Nuclisol Jean Piaget; A nova Confraria de Nossa Senhora do Amparo.

- Realização de investimentos prioritários:

- Rotunda Pedro da Manta;

- Obras de beneficiação do Cemitério Velho;

- Oferta de mesas e cadeiras para as Salas de Catequese da Igreja de São Bento

Por tudo isto, creio que pode concluir-se que o Município de Mirandela tem uma estratégia e definiu um rumo e uma filosofia de ação que pretende valorizar Mirandela, os Mirandelenses, as suas empresas e as suas instituições e, dentro das suas competências e dos seus recursos financeiros, ajudar a resolver os problemas das pessoas concretas e reais.

Há com certeza muito ainda a fazer, mas tenho a firme convicção de que o Município de Mirandela está no bom caminho com o envolvimento de todos.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente, na minha intervenção eu disse que não recebi a situação financeira do Município mas deve ter sido algum problema informático. O Senhor Secretário fez o favor de me fazer chegar à mão e efetivamente está a informação financeira do Município. Quero fazer este esclarecimento e ao mesmo tempo aproveitar para dizer que o comparei com o de 2010 e está tudo mais ou menos na mesma, não fora os compromissos assumidos e não pagos, que em 2010 eram de nove milhões e setecentos mil e em 2012, são de dezoito milhões setecentos e dezasseis mil. O restante anda tudo pelos mesmos valores.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Senhor Presidente quer usar da palavra? Sim.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, peço desculpa, que estive ausente durante algum tempo, de qualquer modo, segundo a informação do Dr. Maçaira, foram levantadas aqui algumas questões, nomeadamente pelo deputado municipal Beça.

Em relação à situação do Conselho Cinegético, iremos corrigir o que for para corrigir e retificar o que for para retificar, no seguimento do procedimento que tem sido realizado até ao momento.

Agradecer-lhe também a participação, que tem sido bastante acutilante, em relação à tentativa de levarmos este processo da forma mais adequada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de continuarmos o Ponto 4.2, Orçamento, Plano de Atividades Municipal e Plano Plurianual, a Mesa não se dispensa de chamar a atenção dos Senhores deputados, para o dever de pontualidade desta casa. A questão pelo respeito da pontualidade é em defesa da dignidade da nossa Assembleia.

A Mesa estará atenta a esse pormenor.

PONTO 4.2 - ORÇAMENTO, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2013.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17 de Dez de 2012, que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, 3 votos contra, (2 dos membros do PS e 1 do membro do CDS/PP) e 3 votos dos membros do PSD, tendo o Senhor Presidente usado o voto de qualidade, por se ter verificado o empate, nos termos propostos:

- 1 – Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2013, que integra o mapa de pessoal conforme disposto no n.º 2, do artigo 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com os artigos 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro;
- 2 – Aprovar o pedido de autorização genérica para delegação de competências nas Juntas de Freguesia nos termos do art.º 66º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, sempre que este procedimento contribua para melhorar a eficácia no cumprimento dos objetivos definidos;
- 3 – Aprovar o pedido de autorização genérica para contração de Empréstimo a Curto Prazo nos termos do n.º 7 do art.º 38º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro;
- 4 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.2, Orçamento, Plano de Atividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para 2013. Senhores deputados, façam o favor de se inscrever.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente, respetiva Mesa, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.

É para mim difícil intervir neste ponto. Este é o sexto ano que intervenho e é mais do mesmo. Já várias vezes aqui disse que este orçamento é o vinte e sete ou dezassete para cumprir 40%. Tem sido assim. Este ano vai em 27% (ainda menos). Digamos que é um exercício de obrigatoriedade formal. Também é para mim confrangedor ver a intervenção da bancada do partido dominante. Entram mudos e saem calados, o que não se entende bem em democracia. Mas apesar destas balizas e deste constrangimento do mais do mesmo, vou citar um membro do Partido Social-democrata, que dizia o seguinte:

“As Câmaras Municipais passaram por duas fases: construção de infraestruturas básicas (anos 90); construção de equipamentos: desporto, saúde, educativos e sociais e agora uma nova fase e um novo desafio, serem agentes positivos do desenvolvimento económico-social.”

Estas palavras são de Marques Mendes. O seu a seu dono, embora me reveja nelas. Essa foi a minha prática ao longo destes seis anos nesta tribuna. Sem vim aqui erguer a minha palavra na defesa de que o importante e que é a economia.

Duas ou três caracterizações sobre este Orçamento e sobre o Plano. Este, ao de leve, há umas pinceladas que abordam estes pontos mas não passam dumas pinceladas e dumas declarações de intenção, sem nenhuma materialização. Por isso, diria que este Plano e Orçamento é de gestão corrente e sem ambição. Ele próprio, no seu texto, diz que *“não consegue mobilizar outras receitas”*, (estou a citar de memória), para além das transferências. É um plano e orçamento que revela a incapacidade de dar a volta.

Nessas pinceladas a determinada altura diz-se *“reforçar a imagem e identidade local”*, mas depois, quando vamos ver o que aí vem dito, é quase nada ou uma mão cheia de nada. Diz-se *“a implementação do plano de desenvolvimento e social, cujos instrumentos, serão dinamizados durante 2013.”* Vamos ver quais são os fundos para isto e não encontramos coisa nenhuma.

Diz-se uma outra questão importante e que ao longo destes seis anos tenho vindo aqui a colocar, que é consolidar Mirandela como Centro Urbano Regional. Não tenho dúvida nenhuma em assinar por baixo, só que dizia: e então onde está o nó Oeste e o acesso a Mirandela? Onde é que está o desencravar de Mirandela?

Depois vem a questão fundamental. Nem uma palavra é dita sobre este tema, que a exemplo da citação que eu comecei por fazer, é a questão mais importante, que é o emprego. O emprego é hoje o problema de todos e atrás do emprego está a economia, ou seja, o que é que neste plano e consequentemente no orçamento que materializa ou devia materializar o plano, está feito, está dito, que verbas estão consignadas para a economia.

Da economia não se fala, o que quer dizer que se reservam para meros executores administradores das transferências, incapaz de ter ideias novas, incapaz de gerar âncoras para o desenvolvimento económico do concelho. Sobre emprego nem uma palavra, que é uma questão que mais afeta as famílias e todas as famílias do concelho de Mirandela.

Por último, também gostava de dizer que o plano é contraditório em si mesmo. Começa por dizer logo na primeira página que não contribuiu para o agravamento da carga fiscal municipal, nomeadamente os impostos, taxas e preços municipais. Mas no quadro das receitas, podemos ver que a única receita que sobe são as receitas diretas, por força do IMI, decorrente da reavaliação.

Estas são as únicas que crescem e daí tenho que dizer ao Senhor deputado da bancada parlamentar do CDS/PP, que há uma questão, que o vereador do CDS/PP não teve na devida conta, quando foi a proposta ao Executivo para devolver os 5% de IRS e nós fizemos a proposta que fosse para 50%. Absteve-se e saiu. A sua posição não foi clara, tendo em conta que a população de Mirandela estava a ser penalizada por força do IMI que é a única receita direta que sobe e não houve posição de defender a totalidade ou a parte que estava nas mãos do Executivo, devolver.

Para terminar a minha intervenção, deixava uma pergunta, tendo em conta que no último relatório disponível da DGAL, os fornecedores têm 565 dias de atraso. Qual é o objetivo para 2013? O Executivo da Câmara vai reduzir isso ou quantos dias de atraso tem como objetivo aos fornecedores?

Uma última pergunta. Foi surpresa para mim ver que está previsto o recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho no valor de cento e setenta mil Euros. Está previsto também o recrutamento de pessoal em regime de tarefa e avença, no valor de oitenta e sete mil Euros. Isto é para reforço do Gabinete da Imagem? Tem a ver com a campanha eleitoral?

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Exm.º Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros desta Assembleia.

Penso que não vale a pena responder à questão que levantou há pouco. Em relação às devoluções do IRS, eu tenho um pensamento muito próximo do Partido Comunista. Acho que os que mais têm são os que mais beneficiavam. Por esse motivo fui de acordo que fossem os 100%.

Vou basear a minha intervenção neste momento e vou pedir ao Senhor Presidente o favor, (como sou normalmente sucinto), se me permitia que eu depois tivesse uma segunda intervenção porque pode haver intervenções que me ajudem a esclarecer e eu gostaria de ter uma segunda oportunidade de falar.

Agora, vou sintetizar a minha intervenção, apenas na introdução ao Orçamento, que foi facultada.

Esta minha intervenção tem por base apenas os elementos constantes do documento "Introdução ao Orçamento", pelo que passo a referir de acordo com as rubricas nele constantes.

- Receitas Correntes: apenas com base neste ponto, solicito informação de base, sobre a causa da subida excecional das receitas correntes em 2012 e a sua manutenção elevada em 2013.

- Despesas Correntes: do mesmo modo não compreendo a elevada subida das despesas correntes em 2012, ano de contenção, e esteja prevista uma despesa corrente em 2013 superior a 2011.

No que respeita à Educação, o que sustenta a descida prevista na rubrica "Transportes Escolares"?

De facto, a subida foi imensa, olhando para aquele gráfico.

Já a rubrica "Refeições" me deixa surpreendido no que respeita aos valores para 2012 e os previstos para 2013.

Num tempo de aumento do esforço das autarquias para acorrer a situações de carência alimentar nas crianças será que se está a prever bem ou a criar subnutrição?

Gostaria de saber, a título de informação pessoal, qual o custo unitário previsto para cada refeição.

Sobre a autorização genérica que é solicitada, sabendo-se que esta Assembleia Municipal nunca rejeitou uma aprovação devidamente justificada pelo Executivo, porquê a dispensa de um melhor esclarecimento dos seus membros?

Por agora quero agradecer a vossa atenção, deixando para mais tarde as observações especializadas, com base em cadernos específicos que entretanto venham a haver.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Orçamento é suposto ser um documento previsional e estratégico e eu vejo que não difere muito de anos anteriores porque nem há previsão nem há estratégia.

A estratégia para mim, neste momento, tendo em conta a situação financeira da Câmara, acho que não há como levar uns apertões do Tribunal de Contas para que as coisas comecem a assentar.

A questão estratégica é simples, são três pontos: é saber como se paga a dívida enorme a fornecedores, que está a bloquear a economia local, este é o primeiro ponto estratégico; (são as três perguntas estratégicas que eu coloquei ao anterior Presidente da Câmara, na última reunião que tivemos). O segundo ponto estratégico, é saber que obras é que vão ser realizadas. Do rol de obras que estava previsto, é escolher o que é feito e o que não é feito; a terceira tem a ver com a contratação de pessoal. Não está respondido mas fala-se numa situação precária, eventualmente de 30 técnicos, mas depois continuamos a ter situações, como aquela que eu vim aqui reportar há pouco, de contratação de avençados sem concurso.

Vêm-me dizer que é por ajuste direto, que eu agora não posso abrir concurso. O senhor pode sempre abrir concurso. Não abriu porque não quis.

Agora vou para a segunda parte que tem a ver com a previsão. Já deixei a estratégia, que são estes três últimos pontos concretos.

Quando se vai para a previsão financeira e se vê de 2009 para cá, o que é que eu vejo? São dados da Câmara Municipal, é uma questão de compilar, que aliás era assim que deviam estar, com uma tabelazinha que era para a gente poder seguir a evolução. Não é como gráficos que aparecem aqui com títulos que nem sequer correspondem àquilo que está a ser visto.

Quando olhamos as receitas correntes previstas e corrigidas, de 2009 para cá, nós estivemos sempre foi a corrigir. No que diz respeito à receita, pouco ou nada variou.

Vamos às receitas de capital, onde a história é outra. Atualmente temos um diferencial, uma tomada de posição mais realista e desceu-se a fasquiasó que é preciso ver quanto de receita de capital foi cobrado até à data. E mesmo a corrigida, continua muito acima do que o Município vai cobrar. Sabemos isso porque de ano para ano é o mesmo.

Quanto às despesas: despesas correntes previstas, sempre por baixo, corrigidas, sempre por cima. É claro que isto se veio agravar e depois tem que ser pago de uma maneira muito simples, é pago endividando com fornecedores e endividando com a banca, não há outra forma.

Ou se corrige e se ajusta a despesa à realidade e à situação financeira da Câmara, ou então tem que se recorrer a crédito. Vemos esta última correção, a tentativa de criar algum realismo na despesa corrente.

Tudo corrigido para baixo. Corrigiram-se para baixo cerca de quatro milhões. Quanto é que se corrigiu nas despesas de capital? Nas despesas de capital corrigiram-se quase doze milhões, que são três vezes mais, para baixo, também.

A filosofia está a mesma, não se mudaram os hábitos, está tudo bem. Mas se estivesse tudo bem, não andávamos com o plano de saneamento, nem andava o Tribunal de Contas a apertar. A situação não está boa e que o diga quem empresta o dinheiro à Câmara, neste caso, a dívida que temos em relação a fornecedores.

Como já disse uma vez, é um Município que tem uma lógica de desenvolvimento muito centrípeta, isto é, muito em torno do mercado público que a Câmara cria e é inevitável que se a Câmara não pagar a economia não gira. E se ainda tivermos como agravante taxar mais, ainda é pior. Além de que o Governo também está a taxar, em termos de subida de IVA e a gente vê que as atividades económicas se estão a ressentir.

Portanto, a estratégia são só estes três pontos que têm de me explicar: pagamento desta dívida enorme a fornecedores, é a questão da contratação de pessoal. Vai ter que me explicar como vai arranjar manobra para reduzir esta despesa corrente, esta despesa de gestão da Câmara e depois decidir que obras é que vai conseguir realizar.

Estes são os três pontos estratégicos que vão ter que responder. O resto é um exercício de contabilidade criativa.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Vou sintetizar a minha análise, observando apenas o resumo do orçamento. O que se pretende com o Orçamento apresentado para 2013? Ou se trata de sofisma contabilístico para encobrir a realidade ou inépcia nas técnicas de previsão.

Ora vejamos:

Receitas correntes, vinte e sete milhões de Euros, quando se sabe que nunca será superior a quinze.

Receitas de capital, preveem-se dezassete milhões de Euros, quando se sabe que nunca se atingirão os cinco, nesta conjuntura.

Despesas correntes, vinte e cinco milhões de Euros, é a única rubrica que o Executivo sabe prever. Também sabe que vai fazer mais, mas isso virá depois como compromissos assumidos e não pagos. Há pouco citei naquela informação escrita da situação do Município a diferença entre 2010 e 2012 era de nove milhões da dívida de compromissos assumidos e não pagos, para dezanove em 2012.

As despesas de capital, somadas às despesas correntes terão que totalizar o volume global das receitas inventadas. Por isso mesmo têm que aparecer lá despesas de capital, investimentos e tudo isso.

Numa conjuntura de austeridade em que mais se justifica uma política de verdade, o orçamento continua a ser feito nos moldes anteriores e com realizações inferiores a 50%, não se sabendo o que se vai fazer. Como tal, não é digno de ser aprovado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros desta Assembleia, estou convicto que de acordo com a lei aprovada ontem pelo Governo virá para Mirandela um gestor designado e que o Tribunal de Contas nunca aprovará o Orçamento que nos foi apresentado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente quer dar alguma explicação sobre esta matéria do orçamento?

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito obrigado.

Gostaria então de responder às perguntas concretas que me foram colocadas.

É com enorme satisfação que eu me sento nesta cadeira. Tenho que o dizer e reconhecer que estar ao pé da Dr.ª Júlia é sempre agradável e por outro lado tenho que reconhecer também que é sempre agradável verificar que pertenço a um grande partido. Um partido de pessoas que conseguem inspirar os outros partidos políticos ou aqueles que circulam entre esses partidos políticos.

É sempre com satisfação que oiço fazer referências a alguém, que são referências do meu próprio partido e também fico satisfeito por ver que essas influências são mais importantes do que às vezes as influências dos vizinhos, que se calhar podiam ser influências mais importantes...mas não, são as influências do meu partido e é com enorme satisfação que eu oiço aqui referências a Marques Mendes, líder do PSD durante vários anos e pelos vistos, agora líder de opinião.

Nesse sentido, também gostava de dizer que é também com orgulho que me vejo incluído na listagem daqueles que conseguem pincelar telas que ficam na memória de Mirandela. Esta é a casa ideal para falarmos neste assunto. Estamos na casa de Armindo Teixeira Lopes e da sua família e é com muito orgulho que eu vejo as pinceladas que eles fizeram e é com muito orgulho que eu me vejo associado à possibilidade de pincelar o futuro de Mirandela e fazer de Mirandela uma tela que há de ficar na memória dos Mirandelenses.

E tenho que o agradecer ao Eng.º Baltazar porque eu não esperava aqui esse elogio da parte dele, mas agradeço-lhe e realmente tenho que dizer que me sinto orgulhoso, quando assim me é apresentado como algo que no fundo nos une. Em primeiro lugar, o facto de termos alguém que nos une em termos ideológicos, como é o Marques Mendes, e em segundo lugar, este reconhecimento de que o trabalho que fazemos se reflete no futuro, na imagem que temos de Mirandela. É com enorme satisfação.

Também fico com alguma confusão quando verifico que a parte mais lida do Orçamento são sempre as primeiras folhas da Introdução. Assim, se nós quisermos orientar o debate nesta sala, é quase sempre pela parte da Introdução. Tem sido assim ao longo dos tempos e principalmente estes quadros desviam-nos de alguns objetivos, e fazem-nos pensar que há coisas que são feitas apenas porque o Presidente da Câmara se levantou de manhã e disse...vai ser feito desta maneira...não é bem assim.

Por exemplo, o cálculo dos impostos diretos é feito com base na estimativa das receitas cobradas nos últimos vinte e quatro meses, o que significa que o valor que aparece de impostos diretos, está baseado nesse conceito legal. Não podemos colocar lá um valor estimativo do que pensamos. Este ano tivemos um aumento de receita no IMI pelas avaliações e por término daquilo que são os prazos de isenção que tínhamos que passar. Uma altura eram dez anos, passaram para seis anos e neste momento já quase não há prazos de isenção. Tal significa que até pode acontecer que as receitas subam por causa das avaliações, ou desçam porque se já estivermos num limite de avaliações bastante elevado naturalmente que elas vão descer.

Mas estas receitas são calculadas com base em rubricas legais e têm que ser calculadas com base na cobrança dos últimos vinte e quatro meses e é a média dessa cobrança.

Podemos falar doutras, muitas vezes os Senhores Vereadores, na Câmara Municipal e mesmo nesta última reunião, falaram nelas, como por exemplo os bens públicos, que são receitas de aporte, que nós fazemos, como previsões de vendas de bens públicos. Mas estas não, são as receitas que nós calculamos com base nesse princípio, se o IMI sobe ou se o IMI baixa, em Mirandela. É preciso não esquecer que o IMI ficou exatamente como estava, do ponto de vista da taxa que foi aqui aprovada nesta Assembleia no dia 07 de setembro, ficou como estava, nem mais, nem menos.

Se há um aumento de receita, deve-se à questão das avaliações, como é de conhecimento global e geral.

Em relação à pergunta concreta do Senhor Eng.º Baltazar, eu tenho que lhe dizer que nós prevemos pagar conforme a Lei dos Compromissos manda. Somos muito bons alunos. Aliás, eu falei em público e tive o azar de dizer (achei estranho que não falasse nisso, uma vez que foi dito na televisão) que se fosse preciso nós não cumpríamos a Lei dos Compromissos. Mas nós cumprimos e se nós cumprimos a Lei dos Compromissos, temos que pagar as dívidas em atraso em noventa dias, sob o risco de sermos depois penalizados por isso.

A resposta é simples: noventa dias nos termos da Lei dos Compromissos, é o que nós estamos a tratar.

Sobre o recrutamento e aqui gostava de responder ao mesmo tempo ao deputado Luís Sousa, também já foi explicado na reunião de Câmara.

Nós temos um processo de contratação de tarefeiras, que terminaram os três anos. Eram quarenta tarefeiras que prestavam serviço nas escolas do ensino básico. Veio a esta Assembleia a alteração do mapa, aliás vieram a esta Assembleia três autorizações de alteração do mapa e foi feito esse pedido à DGAL.

Não fomos autorizados, pelo que tem de estar esta receita prevista. Se não vier a autorização da DGAL, nós pura e simplesmente não as vamos contratar. Agora, fazem falta, fazem falta para apoiar essencialmente o ensino rural. Poderá haver diminuições, talvez, mas a verdade é que este valor destina-se a isso.

A resposta é clara, quer para o deputado Luís Sousa, quer para o Eng.º Baltazar, em relação a esta questão das tarefas.

Dizer ao deputado Faustino - acho que já respondi claramente, em relação à questão das receitas correntes, mais uma vez.

Quanto às despesas correntes, é fácil verificar também, se nós consideramos uma diminuição dos transportes escolares, não é porque nenhuma criança ficou à porta, senão no dia seguinte tínhamos a imprensa toda a dizer *“uma criança ficou à porta porque a Câmara Municipal não a transporta”*. Não, nós transportamos toda a gente que está dentro das regras que estão definidas, mas temos vindo a pagar dívida e é natural que no ano seguinte, à medida que vamos pagando dívida, não tenhamos a mesma faturação nessa rubrica, porque já diminuimos alguma dívida, nomeadamente em transportes escolares.

E o mesmo posso responder em relação às refeições, mas não só. Atenção que a Câmara Municipal contrata refeições para as crianças, nos termos dum Decreto-lei. Nos termos desse Decreto-Lei, fazemos fiscalização, nomeadamente, recentemente - aproveitando o momento - fomos certificados em qualidade em todos os processos que pusemos a concurso e um deles, por exemplo, é a verificação da qualidade das refeições.

Nenhuma criança em Mirandela deixa de ter a sua refeição se tiver direito a ela, nos termos do que é a legislação, que foi definida no respetivo Decreto-Lei. São feitos concursos ou protocolos com algumas entidades locais que têm capacidade para servir localmente, nomeadamente IPSS's.

Naturalmente que quando há diminuição destas verbas, os concursos estão a decorrer, que são bianuais, porque o período escolar atravessa o ano e este valor que está orçamentado é claramente o valor que nós temos orçamentado para este ano e a previsão do mesmo concurso no ano seguinte.

Não há diminuições nem alteração nestas receitas neste tipo de despesas.

Eu gostava de explicar que a correção por baixo deste orçamento, além de ser clara por exemplo ao nível da redução dum conjunto de obras, nomeadamente financiadas, que tivemos que reduzir, porque como é do conhecimento público houve uma renegociação do QREN com todas as Câmaras Regionais, que reduziu cento e trinta milhões de Euros, no que era o financiamento, exclusivamente municipal, na Região do Norte, neste caso em todos os municípios do Norte. A Câmara Municipal de Mirandela participou nesse processo, contribuindo com a diminuição de um conjunto de programas que levou à diminuição deste Orçamento e que, por outro lado, é preciso olhar para as rubricas que aí estão.

Nessas rubricas estão os sete milhões...oito milhões, do saneamento financeiro, porque no dia em que chegar o saneamento financeiro nós pagamos isso como despesa. Se nós tivéssemos o saneamento financeiro, hoje, no dia 28, essas rubricas não eram dotadas, o que significa que à partida tínhamos uma redução de oito milhões de Euros neste Orçamento.

Se quisermos falar em termos de realidade, este Orçamento tem um valor global de cerca de trinta e cinco milhões, mais saneamento financeiro, mais dívida de saneamento financeiro. Quando falamos em que ele é elevado, nunca sei, neste diálogo, se somos ambiciosos demais e pomos pouco, ou então é um orçamento sem alma e pomos muito...nunca compreendo esta dicotomia, este diálogo entre nós e a oposição.

Mas não me canso de explicar o que é a contabilidade com que nós temos que lidar e eu vou dar três exemplos claros:

Escola Superior de Administração, Comunicação e Turismo de Mirandela, se forem verificar nos vossos documentos, está orçamentada com três milhões e seiscentos Euros. Eu garanto que não vamos executar esses três milhões, porque é muito difícil conseguir executar três milhões de Euros durante um ano. Mas se eu não tiver esse valor no Orçamento, pura e simplesmente não tenho o visto do Tribunal de Contas, o que significa que eu coloco lá o valor e tenho o visto do Tribunal de Contas, ou não coloco lá o valor e não consigo executar a obra.

É verdade que eu não vou executar os três milhões e posso dizer o mesmo para a Avenida das Amoreiras. Aguarda visto, está completamente dotada, com o valor global para este ano. Eu não sei se vou executar financeiramente o valor global da obra, mas se não estiver devidamente registado no Orçamento, eu não posso sequer obter o visto, porque não tenho cabimento.

É esta a contabilidade que está claramente feita, principalmente no PPI. Esta é a contabilidade orçamental que nós temos hoje em dia, é o POCAL, dizem que vai mudar, eu sou o primeiro a ter essa vontade.

E termino com um exemplo mais claro ainda, fruto de negociações que há longo tempo andávamos a desenvolver. O Quartel da GNR de Torre D. Chama vai ser candidatado a um concurso que está aberto para ser instalado na Torre D. Chama. Inicialmente era o GIRP, que é a entidade do Ministério da Administração Interna que o construía, chegou a pensar-se que até era a junta, em determinada altura.

Neste momento foi negociado que a Câmara Municipal irá concorrer a esse fundo, que está neste momento em aberto, será financiado, haverá um conjunto de protocolos, para que a Câmara Municipal possa executar.

Está aberta candidatura e vamos concorrer e esperar a sua aprovação e gostaríamos que antes do verão tivéssemos a obra a decorrer. Era o nosso desejo, só que ela tem que estar dotada. No entanto, se demorarem seis meses a aprovar a obra, ela tem que estar dotada e é disto que falamos.

É por este motivo que quando me perguntam quais são as obras que vamos executar, eu respondo-lhes com o PPI. Estão no PPI, a listagem é clara. As obras que nós vamos executar, estão no PPI. Basta lerem a listagem do PPI. São as obras que nós vamos executar dentro daquilo que sejam as nossas condições, mas dentro do que são as previsões para as mesmas obras.

Quando me pergunta: mas quando é que vai executar o Quartel da Torre? Se as previsões não estiverem erradas e nós conseguirmos cumprir a data de candidatura, conseguirmos cumprir a data da abertura do concurso e todos os outros procedimentos legais, se calhar no princípio do verão. Mas se houver um deslize, se calhar só no final do verão, ou se calhar só no princípio do próximo ano porque é assim que funciona.

Nós hoje, aguardamos o visto de duas obras, que estão neste momento totalmente concluídas, do ponto de vista formal, como é evidente. No dia em que chegar o visto, a obra é iniciada.

Como mensagem final, dizer o seguinte:

Claro que também no meu partido, há pessoas, se calhar não tão lúcidas como Marques Mendes e um deles até andou comigo na universidade e às vezes não concordo muito com o que ele diz e então nestes últimos dias até gostaria de debater com ele algumas das afirmações. Mas há uma coisa que lhe posso dizer: a Câmara de Mirandela não tem o endividamento de 225%, para receber um novo gestor e essa é a condição. Assim, a partir deste momento não é essa a minha preocupação.

Agora, com toda a sinceridade, quem vem por bem é bem-vindo. Venha esse gestor e mais cinco ou seis. Nós não temos qualquer problema em abrir as portas da Câmara a esse, ou outro gestor, porque nós sabemos para onde vamos, sabemos qual é a nossa orientação, temos consciência e sabemos aquilo que estamos a fazer.

Apresentamo-nos aqui de cara levantada. Nunca o fazemos doutra forma. Temos as portas abertas para esse gestor e para todos os que vierem e para todos os que queiram vir. É assim que temos feito. Temos sofrido inspeções e o resultado tem sido este.

Não somos perfeitos. Talvez não sejamos a Câmara exemplar mas sabemos bem o percurso que fazemos, o que aqui representamos e o que defendemos, que conseguimos dizê-lo no dia a dia.

Quando falamos em rubricas como transportes escolares, refeições escolares, é muito fácil deixar essas questões de lado, porque a cobertura que fazemos e a manutenção das escolas que fazemos e a resistência ao encerramento de algumas delas, tem sido paga por esta Câmara, em despesas correntes e é preciso reconhecer que tem sido pago por esta Câmara em despesas correntes ao longo do tempo. E todos os anos somos confrontados com maior pressão para fecharmos, todos os anos e o que nós temos feito é manter e pagamos, perdoem-me a expressão "*com língua de saca trapos*" porque cada vez essas despesas são maiores e nós temos assumido, é verdade, têm-nos penalizado o investimento, é verdade, mas temos assumido esse papel. E temos assumido esse papel a níveis sociais, é verdade. Quando queremos mostrar as obras, para alguns não valem nada.

Uma obra dum lar social numa aldeia, que pura e simplesmente tem trinta e seis postos de trabalho, que recebe sessenta pessoas e que presta apoio domiciliário a cem pessoas, para alguns não é nada, nem se deve mostrar ao Presidente da República. Mas a verdade é que para aquela aldeia é a dinâmica social e o apoio social que fazem revigorar o nosso meio rural no qual nós acreditamos. É no meio equilibrado em termos rurais e urbanos e garantir que a atratividade é feita de forma integrada entre o meio rural e o meio urbano. Nós acreditamos e temos demonstrado. Era muito fácil deixarmos quarenta aldeias sem saneamento. Quantas aldeias estão sem saneamento, neste momento, neste concelho? Quantas aldeias estão sem ETAR, neste momento? E esse investimento por quem é que foi pago? E onde está demonstrado? Há quanto tempo o fizemos? Quantos anos estivemos à espera que nos pagassem os fundos comunitários, que investimos em 2009, para as aldeias terem esse saneamento e essas ETAR's? Quando vieram esses fundos comunitários? Muitos deles ainda não chegaram, só começámos a recebê-los agora.

Estamos aqui de cara levantada porque sabemos que temos uma estratégia. Não tenham discussões teóricas sobre onde está a estratégia. Peguem no documento, leiam-no e vejam se não está lá a estratégia.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Estamos em condições de votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos contra, 12

Abstenções, 0

A favor, 52

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 64 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 12 votos contra e 52 votos a favor, aprovar o Orçamento, Plano de Atividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para 2013.

PONTO 4.3 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17 de dezembro de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar a Proposta de Regulamento do Arquivo Municipal;

2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores deputados, alguém se inscreve para a Proposta de Aprovação do Regulamento do Arquivo Municipal. Não há inscrições, Senhor Presidente da Câmara, quer dar alguma informação sobre este ponto?

Presidente da Câmara Municipal:

Eu gostava apenas de dizer que é natural que nos próximos tempos tenhamos uma quantidade muito razoável de regulamentos para aprovar nesta Câmara.

Tivemos a felicidade de ter a nossa vistoria da qualidade e de termos a certificação em todos os processos. Em alguns casos ficarão como procedimentos, noutros casos passaremos a regulamentos. Neste caso é um Regulamento Interno, com alguma eficácia externa, que vem no seguimento da reestruturação que está a ser feita internamente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de votar este ponto 4.3, sobre a Câmara Municipal, uma vez que falamos em arquivos, não municipal, eu aproveito a oportunidade, para falar ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores deputados sobre uma recomendação que tem vindo de vários pontos e que tem sido dirigida ao Executivo, sobre Arquivo Bibliográfico de Carácter e Amplitude Transmontano Duriense.

Como é de conhecimento de V. Ex^a s., o Município de Mirandela, dispõe de um acervo bibliográfico sobre a Temática Transmontana Duriense muito valiosa e que progressivamente tem estado a aumentar, graças a um distinto nosso conterrâneo, o Senhor Nuno Canavez, da Livraria Académica do Porto e que eu julgo que se somam já por mais de 2000 volumes.

Aproveito a oportunidade de sensibilizar o Executivo para o seguinte:

Um Arquivo Bibliográfico Temático, desta natureza, numa cidade como a nossa, que está no epicentro do Distrito de Bragança, poderia constituir um ponto de referência, no sentido de ser consultivo para os entendidos e que muito contribuiria para que Mirandela tivesse mais um ponto acima na sua visibilidade.

Deixo esta nota porque me parece que ela é extraordinariamente importante. Em tempos, chegou a fazer-se um abaixo assinado dirigido ao Executivo. O que eu recomendo ao Senhor Presidente, já que falamos em arquivos é para fixar o assunto, discuti-lo, perguntar se for necessário.

Mas um Arquivo Bibliográfico Transmontano Duriense com a riqueza bibliográfica que já está em nosso poder e se ele continuar perdido na dimensão duma biblioteca, deixa de ter visibilidade e naturalmente que os portugueses não o poderão consultar, nem terão conhecimento.

Fica esta nota, por falarmos de arquivos.

Vamos então à votação do ponto 4.3.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do ponto 4.3, foi o seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 1

Aprovado por maioria, com 62 votos.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 63 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 1 abstenção e 62 votos a favor, aprovar o Regulamento do Arquivo Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então vamos agora interromper e estaremos aqui às 14h30 para reiniciar os trabalhos.

PONTO 4.4 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17 de dezembro de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude;**
- 2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos retomar o Ponto 4.4, que é uma Proposta de Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude.

Senhores deputados, as vossas inscrições para este Regulamento para o Conselho Municipal de Juventude.

Senhor^a deputada Fernanda Cerqueira, faça favor de usar da palavra.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre a Juventude é de referir que já no mandato anterior a vereação do CDS/PP apresentou uma proposta para a constituição do Conselho da Juventude. Neste mandato um deputado do CDS/PP na Assembleia Municipal de abril de 2012 questionou a concretização deste processo.

Esta iniciativa só peca por tardia e vem a reboque daquilo que o CDS/PP sempre defendeu para os jovens de Mirandela.

Cabe-nos agora aprovar o Regulamento e sobre este, várias foram as dúvidas que nos surgiram.

Sabemos que associações inscritas e com sede no Município, no Registo Nacional de Associações de Jovens (RNAJ), temos: Associação de Estudantes do Ensino Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Mirandela (privado) e uma associação de estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela. Duas apenas.

Talvez seja a altura de promover a criação de associações juvenis, digo eu...

Assim, com a composição deste Conselho, parece mais formada por adultos, do que por jovens. É má interpretação minha, talvez.

Quanto ao artigo 21º, relativo ao apoio logístico e administrativo, é sem dúvida um dos pontos mais importantes para o sucesso deste Conselho Municipal da Juventude.

Qual o financiamento e de que forma se vão conseguir atingir as finalidades deste Conselho Municipal da Juventude? Nós sabemos que tudo tem os seus custos. Contudo, espero que doravante os jovens de Mirandela possam ter as condições necessárias para participar na gestão dos interesses do Município. Não será com o Orçamento de 2013, infelizmente, mas no futuro terão uma palavra a dizer na gestão municipal de Mirandela. Obrigada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais alguma inscrição sobre este ponto, 4.4. Não há.

O Senhor Presidente quer dar alguma informação sobre este ponto? Sim.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito boa tarde a todos.

Apenas para referir o que efetivamente aqui foi dito. Já foram vários os grupos que solicitaram a constituição deste Conselho. Vem no seguimento duma semana da juventude realizada em setembro e que se pretendeu que fosse o lançamento deste debate sobre este assunto e principalmente sobre a constituição deste Conselho.

É importante olhar para a constituição porque além do nosso conselho, onde existem mais duas associações que não estando inscritas neste momento são associações de juventude: é a "Promo Tempos Livres e a "31 de Janeiro", que não têm obtido inscrição mas que estão constituídas e já em tempo beneficiaram de apoio do IPDJ.

Além destas associações, todas as associações de estudantes do concelho têm assento neste Conselho Municipal, o que significa que à partida todas as associações de estudantes locais estão representadas no Conselho.

Presidente da Assembleia Municipal:

Estamos agora em condições de votar este ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do ponto 4.4, é o seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 1

A favor, 49

Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 50 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 1 abstenção e 49 votos a favor, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Juventude.

PONTO 4.5 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO REGULAMENTO ORGÂNICO DO MUNICÍPIO DE MIRANDELA E DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17 de dezembro de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, conforme proposto:

- 1 – Por maioria, com 3 abstenções (2 dos membros do PS e 1 do membro do CDS/PP) e 3 votos a favor dos membros do PSD, aprovar a Proposta de Regulamento Orgânico do Município de Mirandela;
- 2 – A votação das Propostas teve o seguinte resultado:
 - Proposta B1, 3 votos a favor dos membros do PSD;
 - Proposta B2, 1 voto a favor do membro do CDS/PP;
 - 2 abstenções dos membros do PS
- Foi assim aprovada a Proposta B1, ou seja, a atribuição de despesas de representação nos termos do n.º 1 do artigo 24º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, aos dirigentes intermédios de 1º e 2º graus;
- 3 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Ponto 4.5 refere-se ao Regulamento Orgânico do Município de Mirandela e Despesas de Representação.

A Mesa aguarda as inscrições.

Duas inscrições: a Senhorª deputada Alzira Ramos, o Senhor deputado Beça, o Senhor deputado Luís Sousa.

Senhorª deputada Alzira Ramos, faça favor, pode usar da palavra.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Boa tarde Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta.

No que concerne a este ponto, a proposta do Regulamento Orgânico do Município de Mirandela, é mais um regulamento, copy paste doutros, vem nos vários pontos demonstrar por escrito o que cada um poderá fazer, o que toda a estrutura orgânica da Câmara poderá utilizar, em termos de Regulamento.

Mas o que me parece mais notório e mais digno de realce, sobretudo neste momento, é a atribuição de despesas de representação para os vários órgãos que fazem parte da Mesa Camarária, da Mesa da Assembleia Municipal, etc.

Como é do conhecimento de todos os Mirandelenses, a autarquia atravessa graves dificuldades financeiras, daí que se justifiquem novas soluções de controlo e redução de despesas e que sejam elas prioritárias.

Uma delas poderia ser exatamente a redução e começar pelas despesas de representação de todas as chefias intermédias da autarquia, bem como do Executivo em permanência. E porquê? Porque ao que me parece, já as próprias chefias, têm ajudas de custo quando se deslocam em serviços oficiais. Porque será que têm que acumular despesas de representação? Não seria uma boa atitude, uma atitude honesta para com os Mirandelenses, dado que lhes foram retirados os 5% do IRS. Não seria um ato de boa vontade, a própria Câmara também abdicar das despesas de representação? Até porque quando se deslocam os elementos de quaisquer equipas de chefia ou de outros trabalhadores em serviços públicos ou de Estado, por norma é cedido um carro de serviço, muitas das vezes com motorista, com hotel já reservado com preços ajustados e que as ajudas de custo dão perfeitamente para cobrir essas despesas. Não vejo necessário. Vejo até imoral que seja aprovada aqui nesta câmara de deputados e de representantes autárquicos, nomeadamente Juntas de Freguesia, o voto seja favorável, a que as várias chefias tenham no seu rol de valores patrimoniais mensais, despesas de representação, independentemente de as fazerem, porque isto entra como se fosse um ordenado acrescido. Independentemente de a pessoa se deslocar ou

não, tem aquele valor. É mensalmente atribuído um valor xis. Essa chefia pode até nunca sair de Mirandela. No entanto, no final de cada mês, tem aquela despesa acrescida.

Daí que o Partido Socialista vá votar contra esta proposta.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados, temos aqui dois assuntos. Começaria pelo primeiro que tem a ver com a Proposta do Regulamento Orgânico do Município de Mirandela e sobre isso, duas ou três anotações.

Tanto quanto me parece, o que vem no art.º 7º da lei 5-A/2002, este modelo de organização que é aqui proposto, não bate certo com o que são os limites, para a dimensão do nosso Município. São apresentadas quatro divisões, a legislação menciona três, para a dimensão da nossa Câmara, com Chefe de Divisão em cada uma, mas sem Diretor.

Depois, há uma filosofia de organização. Admito que o Executivo tenha um entendimento, nós temos outro. Nós temos o entendimento de não optar pelo modelo presidencialista, no que diz respeito à concentração de gabinetes de apoio e assessoria. Acho que um Gabinete de Apoio à Presidência, para um Município destas dimensões, é mais do que suficiente, tendo em conta todos os constrangimentos que há do ponto de vista de necessidade de racionalização de custos e pessoal.

Penso que o Gabinete de Comunicação, Imagem e Protocolo, poderia estar inserido numa divisão de assuntos sociais e culturais e ter uma dinâmica mais administrativa e não necessariamente de cariz político. Assim como a Auditoria Interna, até por uma razão de equilíbrio e de separação de poderes, sugerir que essa passasse para a tutela da Divisão de Administração Geral de Finanças e Modernização e não ficasse junto da Presidência. Este é o nosso entendimento. É óbvio que o Executivo tem outro entendimento, darão a explicação que lhes convém, mas gostaria de deixar esta anotação.

Consideramos que os artigos 1.º e 2.º, do ponto de vista da visão e da missão, estamos fundamentalmente a falar do mesmo, acho que há uma repetição desnecessária. Assim como o artigo 3º, que diz respeito aos valores, bastaria remeter para a Carta de Ética da Administração Pública, que é muito mais elaborada do que esta, sendo que até nalguns elementos, não me parece que o título que vem em grosseto, evidenciado, corresponda ao que se está a dizer. A questão de ética não diz respeito única e exclusivamente ao respeito pela lei, é mais amplo do que isso. O respeito pela lei, é a legalidade como todos sabemos.

Acho que aqui se poupava algum palavreado e até se remetia para um documento que deveria não ser apenas emoldurado na Administração Local, ou qualquer administração, mas que deveria ser colocado em prática. Temos até defendido publicamente que essa Carta de Ética devia ser vinculativa e ter efeitos disciplinares, coisa que não acontece, infelizmente e isto poderia ser uma solução.

Quanto à questão das despesas de representação, também já tive oportunidade de me pronunciar noutras ocasiões e partilhamos da preocupação que foi aqui enunciada, tendo em conta a conjuntura e tendo em conta a situação da Câmara. Não me parece que se justifique este tipo de despesa, nos moldes em que está a ser praticado.

É inconcebível que num país que atravessa estas dificuldades, que têm sido geradas fundamentalmente por um prolongado desgoverno de dinheiros públicos a todos os níveis, o legislador tenha imposto critérios de prestação de contas, mais rigorosos para o setor privado, do que para os detentores de cargos políticos, que é uma questão que aqui não foi levantada. Cargos políticos, cargos de confiança política, chefias intermédias, no que diz respeito a despesas de representação. E passo a explicitar o que eu quero dizer:

Enquanto que as despesas de representação por funcionários de empresas são consideradas custos do exercício, pela Administração Fiscal, o Estatuto dos Eleitos Locais, considera as despesas de representação como abonos extraordinários, a somar aos vencimentos mensais dos eleitos. Portanto, estamos a falar de um privilégio.

Se as despesas de representação consistem para os privados, de acordo com o artigo 88º do Código do IRC, que passo a citar *“nos encargos suportados com refeições, refeições, viagens, passeios, espetáculos oferecidos no país ou no estrangeiro, a clientes ou a fornecedores ou ainda a quaisquer outras pessoas ou entidades, terceiros à empresa”* fim de citação. Então não se compreende porque é que a classe política – que este problema não diz respeito única e exclusivamente às autarquias – se arroga ao direito de entender essa verba como um suplemento salarial.

Tendo em conta que a atribuição, pagamento de despesas de representação, é facultativo, podendo o poder político decidir suspender ou eventualmente não atribuir e volto a repetir “atendendo à conjuntura especial, à situação financeira da Câmara, acho que seria recomendável que o Executivo suspendesse a atribuição desse abono extraordinário”, que acaba por ser do ponto de vista da opinião pública até um insulto ao esforço que as pessoas estão a ter, do ponto de vista da austeridade e que se limitasse a situações pontuais de efetiva representação do Município, situações pontuais de respetiva representação do Município, isso não queremos que acabe. Aliás, temos aqui uma boa relação das várias reuniões, encontros, etc., onde o Município foi representado por membros da Câmara. Em todo o caso, isto tem que obedecer a regras de autorização prévia e alguma contenção. Estas despesas devem ter por base um documento de suporte,

emitido em forma legal, contra fatura do prestador de serviços – isto é o que é exigido a uma empresa privada – e no verso dos documentos sejam identificados os representantes do Município, bem como os terceiros que integrem a despesa efetuada e o justificativo da mesma.

Queria deixar nota que não está em causa a questão de despesas de representação. É óbvio que tem que haver despesas de representação, há representações que são feitas em nome do Município, não têm que ser os próprios a desembolsar mas tem que haver algum rigor e disciplina e não ser entendido como um abono extraordinário, em relação aos salários que já auferem que não são tão baixos quanto isso. Muito obrigado.

Deputado Municipal Beça de Sousa (PS):

Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores.

Na esteira do que disseram os anteriores colegas, sobre este assunto, apenas se me oferece dizer que num contexto de graves dificuldades financeiras, num tempo de contenção e até de redução de despesas, considero uma afronta, até uma ofensa à dignidade de todos, mas especialmente à dos munícipes, que viram o seu rendimento do trabalho reduzido em dois salários, durante o ano de 2012. No caso do meu agregado familiar até foram quatro salários.

Neste contexto, vir o Executivo propor a esta Assembleia, a aprovação de despesas de representação, apetece-me dizer “um pobre só vai para a frente quando tropeça”.

Quero também expressar inteira concordância com a proposta de suspensão da atribuição das despesas de representação do Senhor Vereador Nuno Sousa, que penso irá também ser submetida a votação e em meu entender, sensata e razoável, para mais percebendo-se que esta atribuição de despesas de representação, não é obrigatória, mas sim facultativa e que há outra forma de os eleitos serem ressarcidos das eventuais despesas que tenham de fazer no exercício das suas funções.

Apelo assim, aos membros desta Assembleia que votem esta proposta, em consciência, pensando sempre na necessidade de contenção de despesas desnecessárias e na saúde financeira da autarquia. Não estamos em tempo destes luxos.

Gostaria de ver os deputados da bancada do PSD a votarem contra esta proposta num genuíno ato de democracia.

Já agora, a propósito, o mesmo quanto a despesas, se deveria aplicar a todos os membros desta Assembleia Municipal. Já só faltava que eu próprio, agora, também debitasse quilómetros de deslocação da minha casa até aqui.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais nenhuma inscrição? Está o deputado Luís Sousa a pedir a palavra?

Antes do Senhor deputado Luís Sousa usar da palavra, sentimo-nos no dever de lembrar novamente a esta Assembleia que para além da imposição regimental de ouvirmos em silêncio todos os oradores, há uma outra imposição de carácter urbano e de cortesia. Eu chamava a atenção da câmara, para sempre que um orador está a falar, devemos ouvi-lo completamente porque é a melhor prova e testemunho de consideração que temos.

Faça o favor Senhor deputado.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É única e exclusivamente para fazer uma distinção jurídica que tem de ser feita, à partida que me parece que foi lançada agora aqui à última, pelo Senhor deputado da bancada do PS e que é misturar alhos com bugalhos, mas eu compreendo o sentido da sua intervenção e podemos discuti-la mais em pormenor.

Eu quero que fique aqui claro que uma coisa é despesas de representação, a outra tem a ver com aquilo que mencionou, relativamente a alguns membros desta Assembleia e não são tantos quanto isso. Reembolso de despesas de deslocação e subsídios de transporte, utilizando a terminologia que vem na lei, é subsídio de transporte e ajudas de custo.

O primeiro, como eu disse, é um privilégio e um abono extraordinário mas o segundo é um incentivo à participação. As despesas de representação, é facultativo, pode receber ou não, não vai ficar sem salário. A questão do reembolso de despesas, o que está a dizer, é: quem é daqui e vive aqui, pode vir participar na Assembleia. Quem é de fora, tem custos acrescidos, está a criar um tratamento diferenciado que a Constituição nem sequer permite, nem a lei eleitoral, permite.

Eu compreendo o sentido do que está a dizer porque eu também sou de acordo. Aliás faz-se isso no meu instituto. Sempre que vou a uma missão e tenho que apanhar um avião, ficar num hotel, etc. ou tenha que pagar às vezes para participação na conferência, eu tenho que trazer recibo de tudo. E eu não tinha problema nenhum, se o legislador assim o quisesse. Isto é uma lei de 1987, foi o PSD que a fez e nós regemo-nos por aquilo que está.

Eu achava por bem que mesmo esse reembolso de despesas de deslocação e de ajudas de custo fosse feito contra recibo da despesa efetuada. Se o legislador quisesse ir até mais além poderia criar um plafond, dizer, eu reembolso o equivalente a uma viagem de autocarro até Mirandela. Concordo que esse

reembolso poderia estar tabelado, limitado. Agora, uma coisa é um incentivo à participação, a outra é um abono extraordinário, isto é um privilégio. São duas coisas completamente distintas. Sendo que a Constituição, nem a Lei Eleitoral, me proíbe a mim, nem ao Senhor Presidente da Assembleia, nem ao deputado Vasco, de sermos deputados desta Assembleia.

Aliás, neste país está a acontecer um problema grave que terá que ser o legislador a resolver, já levantei isto, até com alguns constitucionalistas, que infelizmente não quiseram pegar na matéria. Foi um artigo que escreve para o Expresso, em tempos e ninguém quis pegar na matéria, que é o seguinte:

Nós, quando introduzimos o cartão do cidadão, passamos a ter a nossa residência eleitoral, automaticamente com a residência fiscal. Separaram a capacidade eleitoral ativa da passiva. O que é que significa? Significa que hoje, Senhor deputado, nós temos a situação mais ridícula de qualquer democracia, que um indivíduo pode ser candidato e não votar nele próprio, que é a minha situação. Não sei se será a situação do Senhor Presidente, penso que será a do deputado Vasco. Isto é que é ridículo, mas terá que ser o legislador a fazer, não nos compete a nós.

Eu gostava de deixar claro. Estamos a falar de dois conceitos diferentes, de duas matérias diferentes, mas estou extremamente sensível no que concerne à utilização de dinheiros públicos, se quisermos dar um passo em frente, ou até, daqui sair alguma moção no sentido de alertar o legislador para que faça isso, contem comigo. Não contem comigo é para vir cá às minhas custas, fazer uma participação política, porque a democracia tem os seus custos e eu não vou abdicar dos meus rendimentos pessoais, (que já me cortaram quatro salários) abdicar do que tenho que dar às minhas filhas para estar aqui nesta Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então, não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente quer dar alguma informação sobre este capítulo?

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, muito obrigado.

Apenas para dizer que efetivamente, a Proposta de Reorganização que nós apresentámos é no seguimento daquilo que internamente e com recurso a um conjunto de pareceres jurídicos e de informações, de algumas entidades foi considerado numa primeira perspetiva legal e numa segunda perspetiva, no que nós consideramos que é a orgânica que defendemos e é dentro deste enquadramento legal que estamos a responder. É natural que a nossa proposta faça uma alteração dentro do que é a linha da legislação que nos foi proposta.

Em relação ao segundo ponto, é exatamente a mesma situação. Eu quase poderia concordar. Terá que ser o legislador a resolver, tal como resolveu quando reduziu, de forma inicial, apenas aos autarcas eleitos 10% do seu ordenado, foram os primeiros a receber essa redução. Julgo que é a altura de o legislador resolver este problema, em termos nacionais.

Esta é a nossa proposta, está subscrita, não temos mais a afirmar.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Senhor Presidente, nesta e noutras situações sempre que estamos sob uma votação e há pareceres jurídicos que deveriam informar essa votação, agradecemos que esses pareceres fossem acompanhados do que está a ser votado.

Tivemos agora a resposta do Senhor Presidente a dizer que houve uns pareceres jurídicos sobre esta matéria. Eles não vêm com a documentação e nós damos por descontado que eventualmente possam justificar aquela opção.

Tanto quanto sei, esta é uma matéria em aberto e posso-lhe garantir que o artigo 7º da Lei 5-A/2002, para a dimensão do Município de Mirandela, não indica mais de três Divisões.

Presidente da Assembleia Municipal:

Eu compreendo o alcance do esclarecimento que o Senhor deputado Luís Sousa trouxe aqui à nossa Assembleia e naturalmente que o registamos.

Todavia, vamos proceder do seguinte modo, porque em situações anteriores e sobre outras matérias, já nos pareceu a nós (Mesa) que seria importante levar essa informação, fosse de carácter jurídico ou de carácter técnico, à Assembleia.

O que vamos fazer é não distribuir à totalidade dos Senhores deputados mas, como é compreensível e facilmente entendível, será remetido aos titulares dos representantes de cada do grupo municipal. Julgo que todos concordarão. Senhor Presidente, faça favor, então.

Presidente da Câmara Municipal:

Eu apenas ia dizer exatamente isso, que nós teremos todo o prazer em fazer distribuir o parecer, que é interno, mas de qualquer das maneiras, é um parecer jurídico.

Presidente da Assembleia Municipal:

Estamos agora em condições de votar.

Proposta de Aprovação do Regulamento Orgânico do Município de Mirandela, é a primeira votação. Depois as Despesas de Representação. Quem tiver lido, verá que houve duas propostas que o Executivo votou e aprovou ou recusou.

Vamos votar a primeira:

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação é o seguinte:

Votos contra, 6

Abstenções, 9

A favor, 42

Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 57 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 6 votos contra, 9 abstenções e 42 votos a favor, aprovar o Regulamento Orgânico do Município de Mirandela.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos agora votar as Despesas de Representação, que foi grato ouvir aqui uma discussão tão atenta e tão participada.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação das Despesas de Representação, foi o seguinte:

Votos contra, 15

Abstenções, 0

A favor, 42

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 57 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 15 votos contra e 42 votos a favor, aprovar conforme proposto, as Despesas de Representação.

PONTO 4.6 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO USO DO FOGO.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08 de outubro de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar o Regulamento do Uso do Fogo do Município de Mirandela;

2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos passar ao ponto 4.6, que é a Proposta de Aprovação do Regulamento do Uso do Fogo.

Antes, porém, uma chamada de atenção para o seguinte: a Mesa tem estado atenta ao funcionamento, procuramos o melhor, com a participação de todos.

Referi-me já hoje de manhã a questões da pontualidade.

Chamo agora a atenção para as questões da assiduidade. A Mesa tem estado atenta, há faltas que no nosso horizonte não serão toleráveis. Nós pedíamos a melhor atenção para o cumprimento destas regras, que são fundamentais para a dignidade da nossa Assembleia.

Peço o favor de passarem a palavra mas são questões fundamentais para o funcionamento e defesa da dignidade da nossa Assembleia.

Senhores deputados está aberto o período de inscrições, Uso do Fogo, quem se inscreve?

O Senhor deputado Agostinho Beça pode usar da palavra, enquanto a Mesa aguarda mais inscrições.

Deputado Municipal Beça de Sousa (PS):

Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores.

Antes de mais, confesso que me confundi um pouco, porque pensava que a proposta do deputado Nuno Sousa, também iria ser submetida a votação. Não foi, mas o meu voto contra é válido na mesma.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Senhor deputado, desculpe interrompê-lo.

Não é válido na mesma, a questão da votação, representada por braço no ar ou não, é contado e aí não há dúvida. Compreendo no contexto a sua informação, mas que não haja dúvida nessa matéria.

Deputado Municipal Beça de Sousa (PS):

O que eu quero dizer é que mantenho o meu voto contra.

Sobre esta questão dos regulamentos, embora não tivesse tempo de os ler todos e por isso abster-me, parece-me que no geral são feitos em cima do joelho e com pouco rigor. Limitam-se a ser copiados, sem o cuidado de retificar o que deveria ser retificado ou adaptado.

Debrucei-me apenas sobre este em concreto, o Regulamento do Uso do Fogo, provavelmente por me dizer mais do que qualquer um dos restantes.

De facto é um regulamento interessante, porém, tem coisas que não se entendem.

Concretizando, no artigo 2º, alínea p), que se refere à definição de “período crítico de risco de incêndio”, é dito e leio apenas a última parte: “sendo definido por portaria do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.” Temos aqui dois nomes para o mesmo ministério, sendo certo que o segundo nome é o que substitui o primeiro, ou seja, no regulamento aparecem os nomes de dois ministérios. Isto é uma confusão enorme, que merece ser devidamente esclarecida. E o mesmo acontece no ponto 2, do artigo 3º, em que também diz: “em articulação com a Autoridade Florestal Nacional, Instituto da Conservação da Biodiversidade e Florestas.” Este último instituto que eu referi agora, nunca existiu, nem existe. O que existe é o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, que assumiu as competências que estavam atribuídas anteriormente, antes da reforma do Estado, à Autoridade Florestal Nacional.

Há um conjunto de referências à Autoridade Florestal Nacional, que é um organismo que já não existe.

Senhor Presidente da Câmara, eu apelo a que haja rigor nestas questões. Sei que o documento esteve em discussão pública mas na verdade não tive oportunidade de o ver.

Proponho assim à Assembleia (se a Mesa mo permite), que este Regulamento não seja votado e se retifique para ser submetido a votação, em próxima Assembleia Municipal.

Um regulamento que prevê a aplicação de coimas, sanções, etc., aos Municípios eventuais infratores ao mesmo, carece de rigor, até mesmo em termos jurídicos.

Portanto, é tal a confusão, voltando a esta questão do Ministério, quase parece que é para utilizar o nome do Ministério que estiver mais à mão. Como é que é possível, sem pontuação a separar os nomes dos ditos ministérios, fazer aplicar este regulamento.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais inscrições dos Senhores deputados?

Não há mais nenhuma inscrição. Da parte do Executivo, o Sr Presidente...

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É apenas para afirmar que como é fácil entender, este regulamento começou e houve algumas alterações. Um dos exemplos claros, independentemente de o nome estar errado, é o do ICNF, que na altura de ser iniciado o processo de elaboração deste regulamento ainda não tinha sido constituída a lei orgânica que lhe deu origem. Tal qual como acontece com o Ministério da Agricultura, que se vê ter havido uma duplicação e devia de ter sido uma substituição.

De qualquer forma, é preciso entender que a Assembleia Municipal, tem uma qualidade que se chama “de aditamento, ou correção”. Assim, é muito simples corrigir estas duas designações e o regulamento está vigente e não há qualquer problema. Corrigir todas as denominações, é no que estamos a falar e não em matéria de facto, é possível fazer aditamento.

Assim como é possível também, a própria Assembleia propor – não sei se a palavra correta do ponto de vista jurídico será esta – emendas a regulamentos. Aliás, foi uma das conclusões de um Seminário que aqui realizámos, sobre o papel das Assembleias Municipais e a forma como elas trabalham.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então estamos em condições de votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação, foi o seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 10

A favor, 48

Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 58 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 10 abstenções e 48 votos a favor, aprovar, o Regulamento do Uso do Fogo do Município de Mirandela.

PONTO 4.7 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DOS AUDITÓRIOS MUNICIPAIS.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08 de outubro de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Regulamento dos Auditórios Municipais;**
- 2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.**

Presidente da Assembleia Municipal:

A seguir vamos discutir e naturalmente, aprovar a Proposta do Regulamento dos Auditórios Municipais.

Quem é que dos Senhores deputados se quer inscrever?

O deputado Luís Sousa já pediu a palavra. Faz favor Senhor deputado, de usar da palavra.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta Proposta de Regulamento dos Auditórios Municipais e até em relação ao anterior que aqui foi aprovado, suscitou-me duas questões de fundo que acho que deveriam sempre acompanhar estes documentos.

Há um documento que é submetido a “Período de Discussão Pública”, conforme está obrigado por lei, mas nunca nos é dito se houve alguma reação. Poderia nesta primeira explicação que é dada pelo Senhor Presidente, dar nota disso. Se houvesse alguma reação por parte de Município ou de outra entidade, dizer que seria disponibilizada para consulta na Câmara.

Outra questão tem a ver com a qualidade destes regulamentos. Seguramente não será pela falta de staff jurídico porque ainda agora contrataram mais dois juristas. Não sei se foi elaborado pelo staff da Câmara ou se foi solicitado a algum gabinete de advogados.

Relativamente a este, eu acho que o problema não é só de pequenas emendas de algumas alterações a acontecer, à medida que se começou a trabalhar num documento e as coisas foram evoluindo e alguns organismos mudaram de nome, etc. Não, é um problema de fundo, que no meu entender, carece uma revisão bem mais séria, da forma do modelo de regulação de utilização destes espaços e neste caso aconselharia que o documento fosse devolvido à Câmara e que fosse repensado nessa lógica e depois trazerem-nos aqui um documento com essas alterações introduzidas, que têm a ver com a distinção entre utilização pública e utilização privada.

No artigo 15º fala de ordem de prioridade e como podem ver no ponto 1, alínea a) e b), estamos a falar dos órgãos de poder local, do acesso a estes espaços para organizarmos atividades: um workshop por parte de um grupo político, uma sessão de debate, de esclarecimento público, etc. Neste caso é um tipo de utilização com interesse público.

Temos a seguir por estabelecimentos de ensino, estamos a falar de outras entidades públicas, já não é dos órgãos de poder local; temos organizações sem fins lucrativos e por último uma alínea f), que é extremamente vaga, que nem deveria ser mencionada dessa maneira, sobretudo quando se cria uma ordem de prioridade, que é para outros utilizadores. Outros utilizadores somos todos, nem faz sentido do ponto de vista jurídico. Diz aqui “*sendo dada preferência aos utentes residentes, sedeados no concelho de Mirandela*”. Até é discriminatório e tenho dúvidas que se possa colocar desta forma.

Convém salvaguardar, utilização pública e utilização privada, já nem vou fazer a distinção entre utilização privada, mas eu acho que pode e deve ser feita sem fins lucrativos, para uma associação de pais, ou quem quer que seja, que queira utilizar o espaço para uma reunião ou ação de formação. Mas mesmo sem fins lucrativos, é preciso ter em conta se aquilo que vão organizar tem em vista um lucro ou uma angariação de fundos, ou uma formação a pagar, etc., a Câmara tem que ir lá buscar algum dinheiro. Há que distinguir as utilizações que são feitas deste espaço.

O ponto 3 é também vago, esse ponto 2, do artigo 15º, fala em caso de igualdade. Caso de igualdade, o quê? Isto não está bem redigido. Como por exemplo, o artigo 16º “*responsabilidade pela utilização*”. Ponto 5: “*Em momento prévio à instalação de equipamentos ou outros materiais de espaço, a entidade requerente, pode celebrar um contrato de seguro, no âmbito da iniciativa autorizada, que cubra eventuais danos nos mesmos, desde a sua entrega no local, até ao seu levantamento, facultativo.*” Porquê? Se for uma utilização privada e há um dano causado a um equipamento público que é pago com os nossos impostos, quem fizer a

utilização privada, tem mais é que fazer um seguro, para assegurar se houver qualquer problema, a que ele fique a coberto, senão quem fica sempre a arder é a Câmara.

Isto tem a ver com a distinção que tem que ser feita entre a utilização para fins públicos e fins privados. A manutenção de condições de higiene e segurança, tem que ser o Município a garantir estes serviços todos, mesmo quando é para funções privadas? Isto são custos.

Artigo 27º, *“O acesso é controlado pelos trabalhadores municipais de serviço, com a colaboração de elementos da organização do evento, quando o mesmo não seja de iniciativa municipal.”* É outra fonte de despesa, que tudo somado, fica tudo às contas da Câmara, se for uma iniciativa privada e no meu entender deve estar de parte da contratação.

Este é o entendimento que eu tenho e acho que deve ser assegurada esta utilização diferenciada: pública, privada e privada sem fins lucrativos, desde que sem fins lucrativos não vise o lucro, porque se visar o lucro também deve entrar, pode ser pelo menos um preço mais razoável. Eu digo isto por experiência do que nós fazemos ao nível da instituição onde trabalho. Também alugamos salas e auditórios para outras funções, somos uma instituição pública. Há que rentabilizar o investimento que aqui está.

Presidente da Assembleia Municipal:

Algum Senhor deputado se propõe usar da palavra? Não registamos.
O Senhor Presidente quer acrescentar alguma coisa?

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para dizer ao Senhor deputado Luís Sousa, que talvez se ler o segundo parágrafo da proposta, consiga ler: *“Cumpridas estas obrigações, verificou-se não ter havido qualquer contributo ou pedido de alteração, pelo que submeto à aprovação do Executivo, o referido regulamento.”* Se existisse algum tipo de comentário, naturalmente que aqui não viria este parágrafo. Sempre que há qualquer tipo de comentário, virá acompanhado desta situação.

O procedimento de elaborar regulamentos nesta Câmara Municipal é aquele que eu julgo que será igual nas outras câmaras municipais. Existem diversos modelos, nomeadamente a Associação Municipal de Municípios, tem um conjunto de modelos disponíveis e que nós podemos utilizar. Normalmente, os serviços fazem a sua abordagem e a sua elaboração, numa perspetiva de serviço e os serviços jurídicos da Câmara Municipal fazem a verificação jurídica.

Este é o procedimento, neste e em todos os que aqui aparecerem, conforme os serviços que porventura os proponham.

Todas as sugestões que acabou de dar, eu acho muito bem que as faça chegar à Câmara Municipal e posteriormente faremos o aditamento. Agora, nós não podemos estar sucessivamente a adiar a aprovação de regulamentos que tiveram trinta dias de discussão pública, tiveram um período de sugestão, porque senão nunca mais temos as atividades reguladas.

Até podia eventualmente concordar com algumas das sugestões que fez mas algumas também são subjetivas porque quando afirma que as escolas são todas públicas, em Mirandela há bastantes escolas privadas, que fazem a mesma seleção.

Se vamos entrar nesse tipo de diálogo, é evidente que deixa de ser um regulamento e passa a ser tão descritivo que não regula a atividade.

Este regulamento destina-se a regular uma atividade que nós temos, que é a cedência do auditório, que neste momento não tinha uma regulação concreta, existia um regulamento antigo que não estava adequado. Foi adequado e pode ser sempre aditado e alterado, em função de todas as sugestões que nós consideremos válidas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então, estamos em condições de proceder à votação.
Quem vota contra?
Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do Ponto 4.7, foi o seguinte:
Votos contra, 4
Abstenções, 9
A favor, 45
Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 58 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 4 votos contra, 9 abstenções e 45 votos a favor, aprovar, o Regulamento do Uso dos Auditórios Municipais.

PONTO 4.8 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ 01/2003 – LOTE 25 – LOTEAMENTO “URBANIZAÇÃO RETIRO DA PRINCESA DO TUA, LDA.” SITO LUGAR DOS CORDÕES – MIRANDELA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08 de outubro de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o pedido de alteração ao alvará 01/2003 – Lote n.º 25 – Loteamento “Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda., sito lugar dos Cordões, em Mirandela, ou seja, proceder à desafetação de 200 m2 do referido alvará, do domínio público para o domínio privado municipal.”**
- 2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.8, da Ordem do Dia, Alteração ao alvará 01/2003 – lote 25, do loteamento “Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda.” sito lugar dos Cordões – Mirandela.

Inscrições dos Senhores deputados. Não há.

O Senhor Presidente introduz alguma informação?

Não, então estamos em condições de votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, aprovar a Alteração ao Alvará 01/2003 – Lote n.º 25 – Loteamento “Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda.”, sito lugar dos Cordões – Mirandela.

PONTO 4.9 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE MIRANDELA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 de novembro de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela;**
- 2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.9, Proposta de Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela.

Senhores deputados, uma inscrição, Senhor^a deputada Fernanda Cerqueira, Senhor deputado Carlos Fraga.

Faça favor Senhor^a deputada Fernanda Cerqueira.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre a Proposta de Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela e à sua composição, no nosso entender, e se é de segurança que falamos porque é que uma instituição com características tão peculiares, como é a APPACDM, não pode estar também representada. E já que estão escolas, faltam também as Escolas Profissionais e neste caso a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, já que as outras, em princípio, estão também lá relacionadas.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito boa tarde.

O assunto ora em causa, tem a ver com o artigo 4º, a alteração no atual regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela e um conjunto de personalidades, entidades e instituições, que irão fazer parte da sua composição.

Eu solicitava à Mesa da Assembleia Municipal que transmita ao Senhor Presidente da Câmara para que fossem aqui propostas algumas alterações, que me parecem pertinentes e objetivas.

Nomeadamente a alínea d), diz que irão integrar o Conselho, o Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela e a Presidente da Junta de Freguesia da Torre D. Chama.

Trata-se de duas freguesias essencialmente urbanas e eu pergunto, então e as outras freguesias são um deserto? Porque não há de ficar uma urbana, por exemplo a de Mirandela, e não se há de integrar uma

que represente o mundo rural. Por exemplo, a Junta de Freguesia de Abreiro, porque não poderá ser? Acho que é objetivo, é oportuno e é justo, acima de tudo.

Também queria lembrar, que há aqui um conjunto de pessoas, que no fundo, as funções que elas desempenham, ao integrá-las aqui, há quase uma sobreposição, na matéria em questão.

Por exemplo, representantes da Unidade Local de Saúde de Mirandela, representantes de cada um dos Centros de Saúde de Mirandela, há uma sobreposição de pessoas, praticamente na mesma área e por isso havia que diversificar um pouco esta situação.

Constato também aqui uma lacuna. Penso que não irei cometer nenhum erro.

Em 24 de junho de 2012 foram criadas as Unidades Pastorais na nossa Diocese de Bragança – Miranda e falo concretamente na Unidade Pastoral Mirandela 1, onde estou inserido. Eu pergunto se não seria pertinente, objetivo e justo, chamar a este Conselho Municipal de Segurança, um representante de uma Unidade Pastoral, neste caso, eu propunha através da Mesa, um representante da Unidade Pastoral de Mirandela.

Cada um que olhe para a sua terra e se calhar a joia da coroa de muitas terras, começa na Igreja, que sendo um património da Igreja, é um local também público. E o que têm por vezes as nossas Igrejas? Têm peças valiosas de Arte Sacra. Sabemos dos inúmeros roubos e da falta de segurança a que elas estão sujeitas e os cuidados que devemos ter no presente e no futuro e tem todo o cabimento, penso eu, chamar a esta questão alguém de direito sobre este assunto.

Se são chamadas pela sociedade civil para colaborarem na ação sócio-caritativa – estamos a viver a quadra do Natal e elas não foram chamadas, na cidade e não participaram com a sua quota de responsabilidade? – porque não, inserir a sua voz neste Conselho Municipal de Segurança de Mirandela? Porque as Unidades Pastorais, ou as Paróquias, são espaços que sabem acolher e escutar medos, no contexto atual, mas que também dão esperanças às pessoas.

Assim, Senhor Presidente da Mesa, em meu nome pessoal e também em nome da bancada do Partido Socialista, eu propunha que o Executivo Municipal, nomeadamente na alínea d), como já referi, em vez de ficarem representadas duas freguesias urbanas, ficasse apenas uma, sugeria a de Mirandela e outra do mundo rural, sugeria a Junta de Freguesia de Abreiro. E que fosse inserido também um representante da Unidade Pastoral, Mirandela 1, que se estende desde o Vimieiro, até à Bronceda.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais inscrições.

Pedia ao Senhor Presidente da Câmara se tem alguma informação.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero apenas dizer que a Proposta que agora é apresentada, resulta do trabalho do próprio Conselho em si, que faz a proposta de alteração, nomeadamente em relação a algumas das entidades que aqui estão e que no passado não existiam com esta denominação, nalguns casos por causa dos agrupamentos.

O Conselho é que faz normalmente, esta análise e depois faz a proposta, que posteriormente é submetida à Câmara Municipal.

Comprometo-me que na próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança vou apresentar as propostas que aqui foram enviadas por esta Assembleia e dizer que também é preciso ter em conta que neste Conselho a nossa grande dificuldade tenho sido o quórum, porque há um conjunto de indicados que não aparecem nas reuniões do Conselho e isso limita a nossa capacidade deliberativa e mesmo de às vezes poder tomar algum tipo de decisões.

Estas propostas serão enviadas na próxima reunião ao Conselho Municipal de Segurança e depois apresentadas também para alteração, aqui na Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sendo assim, estamos em condições de votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do Ponto 4.9, foi o seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 7

A favor, 48

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 55 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 7 abstenções e 48 votos a favor, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela.

PONTO 4.10 - PROPOSTA DE AJUSTAMENTO AO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE MIRANDELA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17 de dezembro de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos a favor dos membros do PSD e 3 abstenções (2 dos membros do PS e 1 do membro do CDS/PP), conforme proposto:

- 1 – Aprovar o ajustamento das demonstrações financeiras previsionais em conformidade com as modificações orçamentais efetuadas;
- 2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos ao Ponto 4.10, Proposta de Ajustamento ao Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela, um ponto importante.

Senhores deputados, inscrições:

Senhor deputado Baltazar Aguiar, Senhor deputado Luís Sousa, duas inscrições.

Senhor deputado, pode usar da palavra, faz favor.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente e respetiva Mesa da Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores, Senhores Deputados.

Sobre este ponto, dois ou três comentários e o nosso sentido de voto.

O primeiro comentário tem a ver com o facto desta ser a terceira ou a quarta vez que este assunto vem à Assembleia e a pergunta que se põe é se será a última vez que ele vem à Assembleia.

Para quem se arroga de competência, convenhamos que são muitos chumbos, ou serão contas mal feitas, ou será laxismo, como foi demonstrado agora nos últimos pontos da agenda de hoje.

A pergunta que se coloca se é a última vez e é desta vez que vão passar junto do Tribunal de Contas? São vezes a mais. Daí que o nosso sentido de voto será a abstenção. Isso justifica-se porque nós queremos o mais depressa possível que os agentes económicos que estão à espera deste dinheiro sejam pagos para que os postos de trabalho se possam manter.

Uma pergunta muito rápida que eu queria deixar ao Executivo é, porque não foram ao PAEL-Programa de Apoio à Economia Local. Nós sabemos que autarquias aqui à volta, já fizeram protocolos nesse sentido. Os agentes económicos estão pagos, os postos de trabalho estão garantidos. A pergunta que nós colocamos é, qual foi a razão porque Mirandela não recorreu ao PAEL-Programa de Apoio à Economia Local.

Já agora, permitam-me, para terminar da mesma maneira que comecei. Como da parte de tarde podem já estar esquecidos da situação que eu fiz do Professor Adriano Moreira, eu gostava de a fazer uma segunda vez:

“Restaurar o Estado e não reformular, manter a esperança e trabalhar para uma gestão pública mais competente.”

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor deputado Baltazar, eu também vou recordar uma frase do nosso conterrâneo Adriano Moreira, que acho muito adequada aos tempos que correm e ao que se passou nesta reunião de Assembleia, hoje à tarde. *“Nunca tantos governaram tão pouco.”*

A única coisa que eu volto a frisar neste tipo de documentos e tendo em conta que já foram feitas várias atualizações, como aqui mencionou, era bom que comece a haver uma relação das várias atualizações para saber o que foi, quando, etc. porque a gente vai perdendo o fio à meada. É uma questão da forma como são apresentadas as coisas a esta Assembleia. E fala-se que têm vindo a ser solicitadas atualizações e outras informações pelo Tribunal de Contas e nunca se especifica nada. Com o orçamento é a mesma história...vinha lá, perderam-se alguns projetos no QREN, outros, alguns, o quê, em concreto.

Tendo em conta, como disse e bem, que já houve várias atualizações e pedidos de informação, aliás é o próprio Presidente que indica nesta Certidão da Ata haver uma relação, saber o que é que foi solicitado, quais são os problemas, uma comunicação para esta Assembleia para percebermos o que é que se está a passar.

De momento, a única coisa que sabemos, é que o Tribunal de Contas está a pressionar com pedidos de informação, para que este Plano de Saneamento seja efetivamente posto em prática, mas até à data, não está satisfeito. Queremos saber em que direção estamos a ir, o que é que está a faltar, qual é o principal problema e é essa a informação que deve ser aqui dada. Obviamente que vou votar, mas como lhe digo não estou satisfeito com a informação que é prestada a esta câmara.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Senhor deputado Pedro Fonseca está a pedir a palavra para intervir neste ponto? Faz favor de utilizar a palavra.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Muito boa tarde Senhores deputados, Senhor Presidente, Vereadores, Senhor Presidente da Câmara. Apetece-me dizer um provérbio popular “gato escondido com rabo de fora”

Em termos de conclusão e dirigindo-me pela última vez à Assembleia, este Executivo pretende pagar a altíssima dívida que tem a juros altíssimos, 4, 5, 6%, quando o Banco Central Europeu empresta o mesmo dinheiro à banca nacional a 1%.

Este objetivo pretende fazer obras e faz publicidade delas, através do facebook e diz que anda a tapar buracos. Anda a contratar as pessoas e os funcionários por ajuste direto para quem diz ámen a esta política.

Conclusão, ficamos a saber que o Presidente tem muito orgulho no seu partido e que as poucas obras em Mirandela, são feitas no último ano dos mandatos, prática comum nos últimos tempos.

Este mesmo partido está a permitir que toneladas de lixo do litoral do país, chegue à socapa a este concelho, justificando para este acontecimento, 60 postos de trabalho.

E como não poderia faltar a cereja em cima do bolo, as despesas de representação, acrescidas do ordenado deste Executivo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Senhor deputado, nós estamos no ponto, Plano de Ajustamento Financeiro...

O meu propósito é chamar a atenção da Assembleia porque, com o devido respeito, pareceu-me destoadada e desfasada a intervenção porque nós estamos num ponto importante que é o Plano de Saneamento.

Pareceu-me e é meu dever chamar a atenção da Assembleia, sempre que descubra que há um desvirtuamento, ou uma lateralidade, nestas circunstâncias.

O Senhor Presidente da Câmara quer introduzir alguma nota?

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores deputados

Eu já tive oportunidade de dizer na altura do orçamento, de uma forma mais ou menos simples, mas talvez agora de uma forma mais ou menos concreta.

O Saneamento Financeiro foi um processo iniciado por nós, porque consideramos que é importante do ponto de vista da nossa gestão e iremos responder ao Tribunal de Contas a todas as solicitações de informação que nos colocarem.

É verdade que têm existido inúmeros pedidos de esclarecimento e eu posso-lhe dar um exemplo muito simples: nós tivemos que trazer a esta Assembleia uma alteração orçamental, dos juros e do contrato que nós iríamos assinar com os bancos que nos financiam, porque isso não estava previsto no orçamento de 2012, porque nós não tínhamos a certeza se porventura tínhamos o visto em 2012. Fizemos essa alteração e surpresa não termos visto, o que significa que essa alteração não serviu para nada mas tivemos que a enviar para o Tribunal de Contas.

Isto demonstra aquilo que nós estamos habituados a responder ao Tribunal de Contas quando nos solicita, nesta situação do Saneamento Financeiro e noutras.

Eu já disse aqui e repito, sem qualquer problema, que este é um processo em que nós acreditamos, nos apoia na nossa gestão, mas sem complexos, continuamos a gerir a Câmara Municipal com os recursos que temos e com o futuro que acreditamos para ela.

É importante entender que de concreto nós não fomos ao PAEL, porque o PAEL pressupõe o mesmo percurso. Nenhuma Câmara que vá ao PAEL, está isenta de ir ao Tribunal de Contas, fazendo exatamente o mesmo esclarecimento que nós estamos a fazer. Pelo que, tendo nós o processo em curso, não fomos. Digo-lhe também, que estava a pensar se devia mandar para a caixa do correio de Murça, mas vou-lhe dar depois a si, a listagem das Câmaras que podiam concorrer ao PAEL e talvez fique surpreendido com essa listagem.

Presidente da Assembleia Municipal:

Estamos em condições de votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do Ponto 4.10, foi o seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 12

A favor, 47

Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 59 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 12 abstenções e 47.votos a favor, aprovar a Proposta de Ajustamento ao Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela 2013.

PONTO 5 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então, depois de tantos assuntos de interesse para o Município, vamos ao ponto 5, que trata de Outros Assuntos de Interesse para o Município

Senhores deputados, fazem o favor de se inscrever.

Senhor deputado Rui Magalhães, pede a palavra? Faça favor.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É só para fazer duas referências também elogiosas, que eu poderia ter feito na Informação Escrita do Presidente, embora não estivesse lá contida, por isso entendi por bem fazê-lo agora.

Em primeiro lugar dar os parabéns a um jovem Mirandense, que é o “João Geraldo”, do CTM, que tem conseguido resultados muito brilhantes, a nível do Ténis Nacional.

Desejo-lhe pessoalmente - tenho a certeza que esta Assembleia também o faz – que tenha sucesso na sua carreira desportiva, ao nível do Ténis de Mesa.

Queria também dar os parabéns ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela, digamos, indiretamente, porque eu sei e li na Visão, que o seu filho “Miguel Lemos Pavão”, um famoso dentista de Portugal que recebeu recentemente um prémio de grande relevo pelo trabalho que está a desenvolver, a nível da solidariedade.

Como disse, ele é dentista, creio que o projeto dele se chama “*O Mundo a Sorrir.*” Tem feito um trabalho brilhante, sobretudo nas ex-colónias, nos países PALOP e recebeu recentemente um prémio por esse trabalho relevante que tem desenvolvido a nível da solidariedade.

Não sei se ele nasceu em Mirandela ou se não, penso que neste caso não tem grande interesse, mas já que o nosso Presidente da Assembleia Municipal é seu pai. Quero também aqui dar os parabéns ao “Miguel Lemos Pavão” pelo excelente trabalho que tem desenvolvido ao nível da sua atividade profissional e como cidadão solidário e interessado por causas sociais.

Presidente da Assembleia Municipal:

Enquanto que a Senhor^a deputada Odete Ferreira se aproxima do microfone, permitam-me que eu agradeça as palavras sentidas do Rui Magalhães, que como pai não deixo de registar e dizer-lhes a todos que o Miguel é um Mirandense do coração e tem casa no nosso concelho e acompanha com muito interesse.

Com todo o respeito e sabem do sentido familiar que eu vou dando a esta Assembleia, não obstante distinguirmo-nos pelo terreno partidário que pisamos, mas julgo que os Senhores deputados, pela amizade e pela consideração que me têm demonstrado, que me permitem de vez em quando, alguns, quase “excessos”

Mas eu vou dizendo ao meu filho Miguel, que não obstante todo este sentido de procedimento solidário e de uma espécie de franciscanismo moderno, que vá ganhando uns dinheirinhos para a sua sobrevivência e que não se esqueça do pai. Muito obrigado

Senhor^a deputada Odete Ferreira, faça favor.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Muito boa tarde Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Além de deputada, sou Múncipe e, como tal, acho que não fica mal chamar a atenção para dois pequenos aspetos que têm a ver também com divulgação.

Sei, porque recebo e-mails que não elimino sem os ler e passo algumas horas para tentar manter-me informada apesar da quantidade enorme de informação com que hoje somos assolados, mas o que eu verifico e era o que gostaria que este Executivo levasse a cabo, é que centralizasse o envio toda a informação num único organismo. Sei que me vão dizer que há o boletim eletrónico, mas como devem calcular, as horas de trabalho que nos são exigidas cada vez são mais.

Já que o Senhor Presidente usa (ainda não tive o prazer de ver a página) o facebook, use-o para divulgar eventos e que os crie com a devida antecedência. Criar um evento no facebook para o dia seguinte não tem lógica nenhuma.

Felizmente que há capital humano do concelho, - ainda agora nesta Assembleia foi referido – a receber prémios com qualidade, dentro de Portugal Continental, Insular e no estrangeiro.

Daí que, havendo massa encefálica no concelho e em Portugal, é bom que lhe deem o devido valor. Há pessoas que têm a agenda preenchida e eu tenho a agenda preenchida, culturalmente, orgulho-me disso e gostaria de ter os eventos registados com alguma antecedência, através do facebook. Este ano está no fim, não sou otimista, mas pelo menos desejar saúde, eu acho que consigo. Saúde para 2013.

Deputado Municipal José Manuel Morais (PSD):

Boa tarde Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Chamando a vossa superior atenção para aquilo que eu vou referir na minha intervenção, porque é um problema que é transversal a todo o país, mas que existe no nosso concelho e na nossa cidade.

Iniciando então a minha intervenção, sob o título:

“Eurostat revela que Portugal é o terceiro país da zona euro com maior percentagem de pobres, a seguir à Espanha e à Grécia”, o JORNAL I publicava, no pretérito dia 03/12/2012, um trabalho sobre o estado em que se encontram cerca de 2,6 milhões de portugueses, número que representa quase um quarto do total da população (24,4%). Ao ler a notícia fiquei estarecido porquanto o número de indivíduos que vivem em risco de pobreza ou exclusão social que até desceu relativamente a anos anteriores, segundo o Eurostat, poderá ser um número bastante superior àquele que os números estatísticos referem, como adiante ficará demonstrado numa pequena análise comparativa com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Apesar do recuo nas estatísticas e segundo a mesma fonte, os números sobre a pobreza entre os portugueses continuam acima da média europeia. No ano passado foram identificadas, no espaço da UE, 119,3 milhões de pessoas como estando em risco de pobreza e exclusão social – o que representa uma média de 24,2% da população dos 27 Estados-membros (ao passo que a percentagem portuguesa é de 24,4%). No entanto e contrariando a tendência decrescente que se tem verificado em Portugal, o fenómeno nos restantes países europeus tem vindo a subir: em 2010, 23,4% da população estava em risco de pobreza e em 2008, as estatísticas fixavam-se nos 23,5%. Os números do Eurostat mostram que no ano passado, no espaço da União Europeia, 17% dos cidadãos estavam à beira da pobreza, 9% enfrentavam carências materiais graves e 10% viviam em lares com reduzida intensidade de trabalho.

Se confrontarmos os resultados do Eurostat (aqui chamo a vossa atenção) com os últimos indicadores do Instituto Nacional de Estatística que confirmam a diminuição do rendimento que tem atingido a maioria dos cidadãos e que de acordo com um inquérito levado a efeito em 2011 e passo a citar *“a mediana do rendimento monetário líquido por adulto equivalente registou um decréscimo nominal de 3% entre 2009 e 2010”, fim de citação.* Como, para se ser considerado pobre, é preciso ter rendimentos inferiores a 60% da mediana do rendimento monetário líquido por adulto, o resultado prático do empobrecimento generalizado dos cidadãos foi uma diminuição estatística da população em risco de pobreza e exclusão.

Os números são esclarecedores. Em 2010, um indivíduo que ganhasse menos de 434 Euros (o SMN era de 475,00 Euros) fazia parte da população em risco de pobreza, mas em 2011 qualquer pessoa que ganhasse mais de 420 Euros (o SMN era de 485,00 Euros), já estava fora dos indicadores de pobreza. Ou seja, o empobrecimento global do país está a fazer com que as pessoas que permanecem em risco de exclusão, sejam “apagadas” dos números oficiais da pobreza.

O indicador seguido pelo Eurostat para aferir a população em risco de pobreza, é o rendimento mediano no país. Com a diminuição acentuada dos rendimentos da população, que se tem verificado nos últimos anos, esse valor diminui e o estudo agora divulgado é o primeiro a refletir essa realidade. Em 2011, o rendimento mediano para uma pessoa deixar de ser considerada como pobre, baixou dos 5207 Euros anuais para 5046 Euros – no caso de um indivíduo solteiro e sem filhos a viver em Portugal.

As regras seguidas pelo Gabinete de Estatística da União Europeia não foram concebidas a pensar numa diminuição abrupta e prolongada dos rendimentos disponíveis – como é o caso da atual crise económica. Na verdade e desde 1995, esta é a primeira vez que se verifica uma quebra do valor de referência analisado.

De qualquer modo, estes números apontados para Portugal são muito preocupantes pelo que o Governo Central, os Governos Regionais e as Autarquias devem, urgentemente tomar medidas mais enérgicas no sentido de se baixarem rapidamente os níveis de pobreza e de exclusão social.

A atuação do Governo nesta matéria, tem sido a de atenuar este fenómeno através do reforço da linha de crédito acessível a instituições de solidariedade social – medida inscrita no Plano de Emergência Social (PES).

Estas medidas têm-se revelado insuficientes porquanto são meros paliativos que servem apenas para satisfazer as necessidades do momento, mas também para aumentarem as dificuldades económicas em que se encontram muitas das instituições de solidariedade social.

É uma transferência de responsabilidades para as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), Misericórdias e Mutualidades, instituições que representam já cerca de 5,25% de toda a riqueza que é gerada no nosso país, o chamado setor da economia social e solidária.

No interior do país, os maiores empregadores fazem parte do setor social. Veja-se no caso concreto do nosso concelho, a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela. Esta instituição e outras em menor escala,

como por exemplo a APPACDM (Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental), com a empregabilidade que promovem, associada aos consumos que fazem, não só estimulam a economia local, como contribuem para o equilíbrio da balança comercial nacional. Por estas razões e mais algumas associadas a diversas valências, nas áreas da saúde, da educação e ensino, da ocupação dos tempos livres do trabalho, estas instituições deveriam merecer toda a atenção dos nossos governantes, até porque e há muito já provado, o Estado, no plano do desenvolvimento das atividades sociais, não sabe fazer melhor.

Exm.º Senhor Presidente e Exm.º s Senhores Deputados.

Os tempos que se avizinham vão continuar a ser desfavoráveis à classe média portuguesa que já hoje sofre o amargo da pobreza. Há fome não assumida no nosso país e, em particular na nossa cidade e no restante concelho de Mirandela. Esta situação resulta, por um lado, do desemprego de um ou até dos dois elementos familiares adultos, com responsabilidades em assegurar a solidez económica, financeira, cultural e social do seu agregado familiar e, por outro, do endividamento crescente relacionado com as facilidades ao nível do crédito, que as instituições bancárias e outras, ofereciam.

Abundam os casos de ruína financeira de famílias que até aqui funcionavam normalmente e que deixaram de conseguir pagar empréstimos contraídos. Muitos já perderam as casas, restando-lhes pedir socorro, não só em termos de apoio financeiro, mas também aconselhamento jurídico. Foram-se endividando e quando batem à porta das IPSS's estão já esmagados por dívidas muito grandes.

Outra situação a agravar-se e que se verifica também no nosso concelho, é a dos empresários, que durante anos tiveram um negócio a funcionar e que a crise tornou inviável. Estas pessoas têm vindo a acumular dívidas às Finanças e à Segurança Social, na ânsia de salvar o seu ganha-pão e o dos seus colaboradores, estando agora submersos em dívidas e sem qualquer tipo de ajuda, quer por parte do Estado, quer da Segurança Social. À semelhança do que se passa em todo o país, também na nossa região, começam a aparecer famílias que se viram constringidas a retirar os filhos das universidades, alguns já na fase final das licenciaturas, porque os pais perderam os empregos. Perante o surgimento de cada vez mais e maiores dificuldades que alguns dos nossos concidadãos enfrentam, as instituições de solidariedade social andam a tentar apagar fogos, cujo número e intensidade irão aumentar drasticamente no próximo ano.

Como há dias referia Isabel Jonet, Presidente do Banco Alimentar Contra a Fome, passo a citar "*As pessoas da classe média não ousam reconhecer que necessitam de alimentos. Não pedem sequer auxílio alimentar. Procuram as instituições de solidariedade social para pedir orientação para renegociar os créditos*", fim de citação.

Dê-se atenção aos constantes alertas promovidos pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social que mesmo no seu limite, continuam a prestar auxílio a quem lhes bate à porta. Esta situação está a tornar-se insustentável para estas instituições que, se não forem ajudadas pelo Estado, rapidamente entrarão em colapso, provocando uma onda ainda maior de pobreza e de exclusão social.

Exm.º Senhor Presidente, Exm.º s Senhores Deputados.

Mas como poderemos nós, enquanto simples cidadãos e também responsáveis políticos, na condição de governantes, ou não, ajudar, direta ou indiretamente, as pessoas em situação de vulnerabilidade social e ainda as Misericórdias e demais IPSS's da nossa região, a fim de estas continuarem a promover o auxílio às pessoas que se encontram em situação de risco de pobreza ou de exclusão social?

As respostas a estas questões estão em primeiro lugar na sensibilidade social que cada um de nós deverá desenvolver até conseguir dirigir a sua atenção e as suas energias para aqueles que hoje necessitam de apoio. A sociedade, da qual todos fazemos parte, tem obrigação de não deixar cair os seus membros num fosso do qual sabemos ser difícil sair, quando lá caídos. Em segundo lugar, a criação de um gabinete de crise, constituído por técnicos ligados às Ciências Sociais e Jurídicas, sob a tutela direta do Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, que acompanharia de perto todas as famílias que recorressem a esse gabinete, dando-lhes apoio económico, psicológico e, no caso da existência de necessidades alimentares, providenciaria no sentido de encaminhar essas pessoas para cantinas sociais. Também, o aconselhamento jurídico, nos casos em que se verificasse incumprimento do pagamento de prestações relacionado com a contração de empréstimos bancários ou outros. Por último, Governo e Autarquias Locais deveriam proceder ao reforço do montante das verbas canalizadas para as instituições acima referidas, para que estas possam servir condignamente quem as procura.

Exm.º Senhor Presidente, Exm.º s Senhores Deputados.

As razões que me levaram a fazer esta intervenção sobre a pobreza, que afeta uma parte substancial da população da nossa sociedade, provocada pela difícil situação económica, financeira, política e social que atravessamos, prendem-se, por um lado com o fator de ser conhecedor da existência de famílias, na nossa região e em particular no nosso concelho, que se encontram nas situações atrás relatadas e por outro, um sentimento crescente de responsabilidade social e solidária de que fui acometido no sentido de alertar toda a sociedade Mirandelense em geral e, em particular, a quem tem a responsabilidade de zelar pelo bem-estar dos nossos conterrâneos.

Obrigado pela vossa atenção e queria desejar um excelente ano de 2013.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tem a palavra o Senhor deputado Carlos Fraga.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, esta última intervenção do Senhor deputado, faz-nos refletir imenso.

Uma intervenção muito concisa, que me leva a dispensar algumas observações que eu iria aflorar nesta Assembleia.

Queria através da Mesa fazer chegar ao Senhor Presidente do nosso Município - que depois das obras de melhoramento efetuadas no cemitério velho, das quais tivemos conhecimento e em que o Município se empenhou diretamente e muito bem - como já alertei noutras ocasiões, o cemitério de Golfeiras, na sua parte exterior, refiro-me ao estacionamento para as viaturas automóveis. É praticamente impossível, nos dias de funerais, as pessoas deslocarem-se a pé da cidade àquele cemitério. A distância ainda é considerável e acontece que à entrada do referido cemitério o espaço é exíguo.

Portanto, pedir ao Senhor Presidente da Câmara através da Mesa, logo que possível, haja uma intervenção (penso que o Município tem capacidade para o fazer diretamente) no sentido de haver um alargamento de área, para o estacionamento.

Senhor Presidente, queria deixar mais uma vez este alerta.

Os tempos são difíceis, mas esta quadra sempre nos dá um alento e algumas tréguas.

Eu desejei as Boas Festas daquela forma mais prática que hoje em dia há, ao Senhor Presidente desta Assembleia e queria desejá-las também a todos os Senhores Deputados Municipais e ao Executivo, quer em permanência, quer em regime de não permanência e também a todos os presentes.

Estamos a terminar o ano de 2012, está aí o 2013, estamos a celebrar os finais de ano e começo de novo ano, e se me permitem, desta forma vamos celebrar este ciclo de passagem de ano e acreditar na vida, celebrar a vida. Permitam-me que diga desta forma:

Celebra a vida,
Não sei se sonhava,
Não sei se dormia.
E a voz de um anjo, disse que te diga,
Celebra a vida.

Pensa livremente,
Ajuda a gente,
E por aquilo que amas,
Luta e sê paciente.

Leva pouca carga,
E a nada te apegues,
Porque neste mundo,
Nada é para sempre.

Procura uma estrela,
Que seja o teu guia,
Não magoes a ninguém,
Reparte alegria.

Celebra a vida, celebra a vida,
Que nada se guarde,
Que tudo se brinde,
Celebra a vida, celebra a vida,
Segundo a segundo e todos os dias.

E se alguém te engana,
Ao dizer-te, amo-te,
Põe mais lenha no fogo,
E começa de novo.

Não deixes que caiam,
Os teus sonhos por terra,
Porque quanto mais amas,
Mais perto está o céu.

Grita contra o ódio,
Contra a mentira,

Porque a guerra é morte
E a paz é vida.

Para todos continuação de Boas-Festas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais inscrições neste ponto.

A Mesa, naturalmente que se congratula por este ar poético com que a Assembleia se tem comportado e tem procedido, de acordo com a quadra que estamos a atravessar, mas registamos com agrado, porque é de boa nota.

O Senhor Presidente quer usar da palavra?

Faz favor, então.

Presidente da Câmara Municipal:

Depois dos momentos que hoje tivemos oportunidade de aqui observar, qualquer minha adesão a este momento poético seria mal visto e ficaria muito aquém do que aqui tivemos.

Quero apenas saudar a capacidade poética dos nossos membros da Assembleia e principalmente saudar o princípio de harmonia desenvolvido nesta Assembleia, que tem decorrido de uma forma bastante agradável e solidária, que será o que precisamos para o ano que aí vem.

Só queria responder à Senhor^a deputada Odete, dizendo-lhe que a Câmara Municipal tem apenas um e-mail, que é o famoso GACIP, tantas vezes aqui mencionado e que é o e-mail que faz a distribuição da informação, exceto quando é o envio de documentos oficiais. Mas em termos de informação externa, é através do GACIP.

Em relação ao Facebook, eu não crio eventos mas agradeço a sua sugestão, passarei a ser eu a criá-los, porque quem cria eventos, normalmente é o Facebook da Câmara Municipal e depois são partilhados por algumas pessoas.

De qualquer maneira, agradeço a sugestão e iremos começar a fazê-lo dessa forma, mas se calhar é necessário fazê-lo também.

Ao deputado Carlos Fraga, dizer-lhe que nós fizemos a intervenção no cemitério de Mirandela e que está efetivamente prevista uma intervenção no cemitério de Golfeiras porque temos tido o mesmo tipo de queixas de grande parte dos utentes daquele espaço e naturalmente que lhe queremos dar a dignidade que ele necessita e o iremos fazer brevemente.

Eu gostava de referir que a intervenção feita aqui pelo deputado José Manuel Morais, acho que fecha bem esta Assembleia e fecha bem o ano, do início daquilo que é o próximo ano.

É necessário ter uma consciência diferente, neste ano de 2013, tendo em conta as circunstâncias, enfim...eu diria quase traumáticas, que as estatísticas nos demonstraram mas principalmente do que tem sido a nossa experiência e do que tem sido da situação que está a acontecer neste momento.

E nesse sentido são necessárias medidas e algumas têm sido tomadas.

Eu gostava de recordar que a Câmara Municipal aprovou e vocês aprovaram nesta Assembleia um Plano de Emergência Social, que está ativo, que é gerido pela Câmara Municipal e que neste Orçamento que nós aprovámos hoje, no PAM, temos duzentos mil Euros, para emergência Social, um valor que está devidamente orçamentado.

Foi criado também um Gabinete de Apoio ao Endividamento em protocolo com a DECO, em que hoje todos podem recorrer a esse Gabinete de Endividamento e podem obter apoio jurídico gratuitamente, bastando para tal agendar a consulta com os técnicos da DECO.

As cantinas sociais em Mirandela estão a sofrer reforço e está a ser prestado apoio ao nível das Cantinas Sociais, quer pela Santa Casa da Misericórdia, quer pelo Centro Social e Paroquial da Torre D. Chama e já foi solicitado formalmente à Segurança Social, o aumento do plafond, para garantir que esse apoio tenha o maior número de pessoas que sejam abrangidas.

Efetivamente, o Banco Solidário também fez um trabalho bastante interessante durante este período, mas tem que ser todos os dias.

Nós temos reunido constantemente o núcleo executivo da rede social, uma vez por mês, mas se calhar é necessário dar-lhe uma reformulação porque já tive a oportunidade de ouvir Presidentes de Junta que me manifestam alguma dificuldade em aceder, por exemplo, ao Plano de Emergência Social, que permite apoios em situações muito básicas, mas que tem apoiado muitas famílias e brevemente iremos apresentar o relatório, no final deste ano, do que este ano conseguimos fazer com o Plano de Emergência Social.

A minha mensagem vai muito neste alinhamento, independentemente de ser um ano atípico e de nós sabermos que as divergências vão aparecer.

Esperamos que seja o ano da solidariedade e que seja o ano em que nós consigamos demonstrar aos que estão à nossa volta que também somos capazes de em conjunto os auxiliar.

Agradecer essa mensagem e fazer dela também a minha mensagem de um bom Ano de 2013 para todos vós, membros da Assembleia e vereadores.

Muito obrigado a todos.

PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Presidente da Assembleia Municipal:

Temos que proporcionar oportunidade ao Público.

Está algum Senhor Munícipe?

Está alguém ao fundo a pedir a palavra. Faz favor de se aproximar, de se identificar, de utilizar este micro e dizer de sua justiça ou de sua preocupação.

Munícipe, Senhor António Manuel Pires:

Muito boa tarde Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados e todas as pessoas aqui presentes.

Venho aqui fazer uma declaração e um pedido ao Senhor Presidente da Câmara, em virtude da conduta que passa na Rua Dr. Jorge Pires.

Essa conduta, depois de três anos, tem-nos estado a dar muitos incómodos porque todos os dois meses e por vezes de mês a mês, de três em três meses, a conduta rebenta.

Desde as escadas da Senhora do Amparo até à Rua que vem do Grês para baixo, ou seja, do hospital, já lá não há dez centímetros que não tivesse sido picado.

Vinha pedir-lhe para ver se havia possibilidade de mudar aquela conduta, para que aquelas pessoas que vivem naquelas ruas, os comerciantes que têm ali os seus restaurantes e cafés, para não terem que andar mais a buscar bidões de água a casa ou comprar garrações de cinco litros de água para deitar na comida, porque traz um incomodo muito grande.

Por exemplo, anteontem à noite, eram dez horas da noite, quando a água foi fechada e foi reparada por volta do meio dia, que foi quando voltaram a abrir as torneiras. Vinha pedir-lhe este favor.

Já que estou a falar na mesma rua, foi dado o mérito ao Senhor Dr. Jorge Pires, quando ele era Secretário de Estado. Nesse momento foi-lhe colocada uma pedra com o nome da rua. Essa pedra caiu para o chão e hoje não há pedra, não há placa, nem se sabe como é que a rua se chama.

Agradezia também, se isso fosse possível, de colocar, ou uma placa ou restituir a pedra com o nome dessa pessoa, que tanto tem feito por esta cidade, porque, realmente uma rua sem nome, não se compreende.

Atrás deste Auditório acontece a mesma coisa. A rua também não tem placa há 30 anos e já reclamei três vezes isso à Câmara Municipal e nunca foi posta colocada essa placa.

Por último, queria falar sobre as árvores, aqui do Convento. Árvores e limpeza. Este ano tive que andar a apanhar as folhas todas do meu quintal, porque as árvores não são podadas. Diariamente apanhava dois ou três baldes de folhas, que chegavam a andar aos 8 e 15 dias sem serem apanhadas e acho que é lamentável passarmos por este trabalho.

Portanto, eu queria agradecer, deixar aqui o meu pedido e desejar Boas-Festas a todas as pessoas presentes.

Presidente da Câmara Municipal:

As situações reportadas, em específico a que se refere não só à água, mas também ao saneamento, porque também temos um problema nessa rua que tem a ver com o saneamento, por causa de um problema de inclinação.

Está a ser projetada a respetiva intervenção e a conduta terá que ser substituída mas ao ser substituída tem que haver uma separação dos coletores de saneamento e de águas pluviais, que também ainda existe alguma duplicidade. Como disse e muito bem, o Senhor Manuel, tem que haver a substituição da conduta.

Em relação à placa, esse assunto já foi manifestado pelo Arquiteto Nuno numa reunião de Câmara. Nós não temos conhecimento de quem retirou a placa mas terá que ser incluída num conjunto de toponímia que está a ser adquirida e é um processo que está a decorrer na Câmara Municipal, porque o fornecedor habitual desta toponímia infelizmente já não está disponível.

Quanto às árvores, elas são mantidas de forma exemplar, na minha opinião, pelos nossos funcionários.

A recolha das folhas, naturalmente que na altura da queda não é a que nós desejaríamos, é quase impossível, porque felizmente temos muitas árvores e temos muita folha.

De qualquer maneira acho que fazemos um bom trabalho e muitas das vezes, a ideia de que não fazemos poda, tem a ver com o modo como os técnicos acham que ela se deve desenvolver e acho que não será caso diferente o que acontece naquela rua.

Presidente da Assembleia Municipal:

Estamos no final, queria só fazer três apontamentos aos Senhores deputados, nesta Assembleia.

O primeiro é pedir aos nossos Serviços de Apoio, que na próxima sessão, façam o favor de vedar o acesso a partir da terceira fila, uma vez que nós concluímos que a Assembleia funciona muito melhor e não é tão convidativo ao ruído de fundo.

O segundo, é para transmitir aos Senhores deputados, que por informação dos Senhores Secretários da Assembleia, podemos informar que há entre um terço a um quarto de ausências às nossas sessões, o que é preocupante e que nós, teremos que fazer cumprir o regimento, não com rigor mas com o preceito que a boa consciência e o dever cívico nos obrigam.

Por último, informar também os Senhores deputados que está em organização um novo segundo seminário sobre Assembleias Municipais no âmbito da reforma do poder local, o que me parece ser de grande oportunidade para o nosso concelho e para a nossa cidade e repetirmos o que fizemos este ano em junho e que a seu tempo, depois daremos informação aos Senhores deputados, quer do modo formal, público, como é este agora, quer através dos Senhores líderes dos grupos municipais, o que é uma forma e muito eficaz, que se tem provado funcional até agora.

Nada mais, um bom Ano para todos e cá ficamos ao dispor para a próxima sessão.

Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, foi deliberado aprovar a ata desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram 16 horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

O SEGUNDO SECRETÁRIO

DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO